



REVISTA DE HISTORIA E DE ARTE

Editor-Director AFFONSO DE DORNELLAS
Palacio da Rocha do Conde d'Obidos — LISBOA



Composto e impresso no
CENTRO TIP. COLONIAL—L. d'Abegoaria, 27

I VOLUME — DEZEMBRO — 1928 — NUMERO XII

HERALDICA DE DOMINIO

AZAMBUJA

Comunicação apresentada por Affonso de Dornellas em sessão da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes, effectuada em 11 de Abril de 1923 referente ao parecer d'estas armas, approved em sessão de 27 de Abril de 1922.

NA Associação dos Archeologos Portuguezes, foi recebido um officio da Camara Municipal da Azambuja, que remettido á Secção de Heraldica e de Genealogia, foi lido em sessão de 7 de Abril de 1922.

Vejamos o contheudo d'esse officio :

Azambuja, 30 de Março de 1922. — A' Ex.^{ma} Associação dos Archeologos. — Lisboa. — N.º 49. — Pelo Ex.^{mo} Sr. Presidente da Junta Geral d'este Districto, foi-nos communicado que a Ex.^{ma} Associação dos Archeologos se prestava a auxillar os estudos que os municipios pretendem fazer sobre a sua heraldica; como este Municipio não tem bandeira municipal e deseja adquiri-la, muito gratos ficaríamos a V. Ex.^{ma} se nos indicassem qual a forma e desenho a adoptar para a mesma assim como para o sello. Saude e Fraternidade. O Presidente da Commissão Executiva (a) *Alberto de Noronha*.

Este officio é escripto em papel timbrado com as Armas que a Azambuja sempre tem uzado e que deve continuar a uzar como adiante demonstrarei.

Fui encarregado de formular o respectivo parecer tendo n'um rapido exame feito á historia da Azambuja e a differentes obras como adiante irei expondo, verificado que as Armas que esta Villa uza, devem existir desde a fundação d'este povoado.

Segundo as regras heraldicas estudei-lhe as côres mais proprias e de prompto expuz na reunião da Secção de Heraldica effectuada em 27 de Abril de 1922 o que deixo exposto, sendo resolvido que assim se communicasse á Camara Municipal da Azambuja que agradeceu.

Prometti um estudo mais detalhado sobre o assumpto e n'isso consiste a breve communicação que se vae seguir.

A Villa de Azambuja faz parte do Districto de Lisboa e é séde de concelho. E' povoação antiquissima rezando a tradiçào que os Romanos lhe chamavam «Oleastrum» e os Arabes «Azzabuja», nome que significa Olival Bravo e que o Dicionario Portugal diz por engano, significar animal bravo.

D. Manuel I em 7 de Janeiro de 1513, em Lisboa, deu-lhe novo foral.

A Azambuja além de ser notavel por ser uma planicie abundantissima d'aguas formando um complemento de campos e lezirias d'uma fertilidade maravilhosa, tem junto o celebre Pinhal d'Azambuja mandado semear pelo Rei lavrador, D. Diniz, em 1296.

No «Dicionario Geographico de Portugal» preciosa

obra inedita existente na Torre do Tombo, a folhas 945 sob n.º 66 do Tomo V, está a descripção da Azambuja feita pelo Prior da mesma terra, Manuel Marques do Amaral em 1 de Abril de 1758.

Vejamos alguns periodos d'esta pequena mas interessante monographia.

— He terra de Donatario, e o hé ao presente o Preclarissimo Don Antonio Rolim de Moura, mas não tem o dito Donatario tributo



Sello da Azambuja segundo este parecer

algum dos moradores, nem dos fructos, e só tinha a estalagem, e fornos de pão com prohibição de os haver particulares, e nomeava os officios da Justiça de propriedade vitaliciamente, e confirmava as datas da Camara de Sesmarias, mas de todas estas cousas e regalias se tem tomado posse para a Corôa com o fundamento de não ter o dito Donatario as doações correntes. —

Depois referindo-se á população diz :

— Tem ao presente quatrocentos e ceceenta fogos e mil e trezentas e quarenta pessoas de sacramento e menores cento e trinta. —

Segue depois uma descripção detalhada das igrejas e capelas, dando ainda algumas noticias da vida da dita Villa.

Por achar esta descripção muito interessante mandei tirar uma copia para offerecer á Camara Municipal respectiva.

Não consta que esta antiga povoação tivesse sido fortificada anteriormente a D. Affonso Henriques.

Quando da Tomada de Lisboa pelos Cruzados em 1147, D. Affonso Henriques, que queria augmentar a população do territorio já conquistado, offereceu grandes regalias aos cruzados que desejassem passar a residir em Portugal, dando-lhe grandes extensões de terreno e até povoados.

A Azambuja coube a um d'esses Cruzados cujo nome ainda é um misterio como se conclue pelas obras e documentos que consultei.

A versão que mais se tem mantido, é que se chamava Gil Rolim.

Comprehende-se que os nomes de pessoas, empregados n'aquella epocha, são muito ou pelo menos bas-

tante diferentes da forma como hoje se pronunciam e até se escrevem.

Seria de facto Gil ?

Como a Illustre Familia dos Condes d'Azambuja, descende dos antigos Rolins, os genealogistas do passado que pecaram dos mesmos vicios que muitos dos genealogistas d'agora, que querem sempre ir mais além nas gerações do que aquellas que tem por seguras e documentadas, advinharam que este D. Gil Rolim, porque lhe dão Dom, era inglez e filho dos Condes de Chester.

Parece que deve haver engano em dizer que Gil Rolim era inglez, e como adeante demonstrarei não tinha probabilidade de ser filho dos Condes de Chester.

O primeiro nome que parece Gil Rolim deu á região que D. Affonso Henriques lhe distribuiu foi de Villa Franca, que alguns estudiosos do passado, querendo que Gil Rolim fosse inglez para lhe manterem aquella filliação, dizem que quer dizer — isenta de impostos —, era franca por não pagar impostos.

Essa regalia, concerteza não dava o titulo á terra, chamou-lhe Franca, naturalmente por ser povoada por Francezes ou por ter sido dada a um francez.

Foi a Azambuja, pelas successivas guerras, completamente arruinada pelo que em Janeiro de 1200, D. Sancho I, dando-lhe foral a reedificou dando-a a D. Rolim de Moura que segundo a tradição era filho de D. Gil, ou Childe, ou muitas outras variantes.



Bandeira da Azambuja com as cores indicadas heraldicamente

A applicação de Dom antes de Rolim, dá talvez a perceber que Gil seria uma corrupção de Sir, titulo inglez, como o de Childe parece que é o nome que se dava em inglez ás terras que constituíam uma area a que hoje chamamos freguezia e naturalmente n'este Gil,

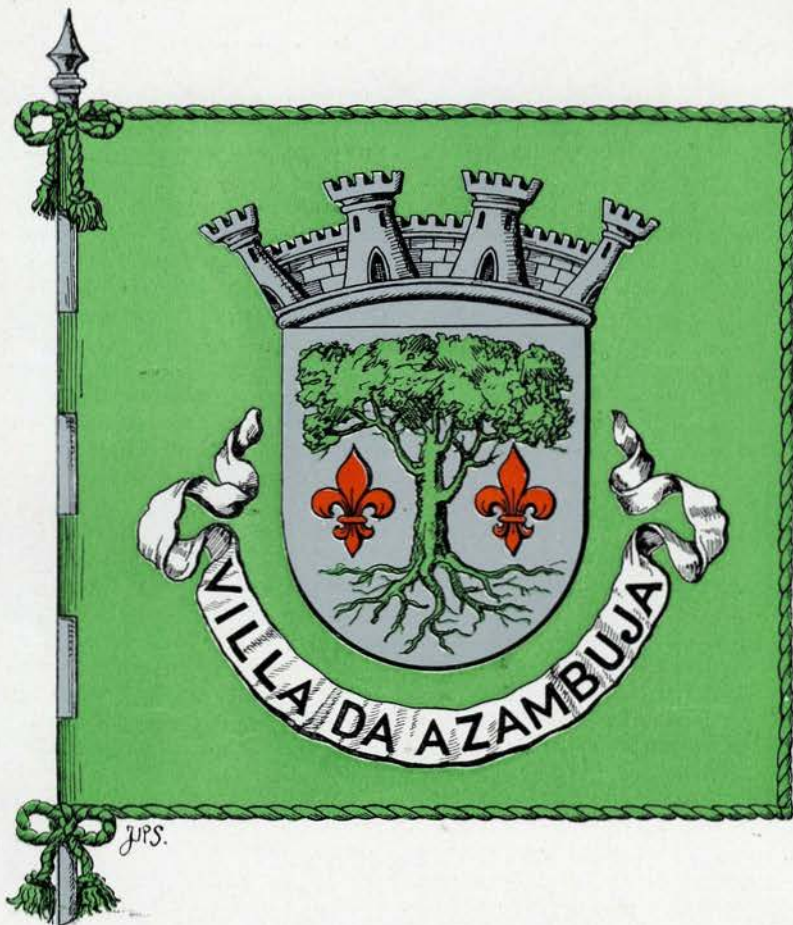
Childe e outras coisas parecidas, houve quem visse Chester e arranjou-se uma tal confusão que de forma alguma ha, assim n'um estudo summario como este, tempo para pôr a claro.

Villa Franca de Xira tem n'este seu nome e na sua fundação, muitas relações com a fundação da Azambuja.

Como tambem estou tratando do brazão de Villa Franca de Xira, terei ocasião de aproximar a historia da fundação d'estas duas Villas.

Nos Livros 7 e 13 da Extremadura, respectivamente a folhas 291 e 117, ha documentos já mais modernos que frizam bem quem eram os Senhores da Azambuja, pois que esse registo consta d'uma Carta do Rei D. Manuel que confirma a D. Rodrigo de Moura o senhorio da Azambuja conforme tinha sido dado a seu pae Dom Rolim.

N'esta carta são citadas outras de D. Fernando, D. João I e D. Affonso V em que Azambuja foi dada ao



Bandeira e armas da Villa da Azambuja

O Visconde de Sanches de Baena quando trata dos Condes da Azambuja no seu Archivo Heraldico-Ge-nealogico, diz que D. Sancho conforme se vê a folhas 280 verso do Livro 2.º da Extremadura, deu a povoação da Azambuja a Mr. Rolim e outros flamengos que vieram ajudar este Rei D. Sancho.

E' portanto já outra versão.

De tudo isto o que deduzo de importante, á que a seguir a 1147, ou seja, depois da tomada de Lisboa, a Azambuja, teve o nome de Villa Franca.

pae de D. Rolim que se chamou D. Fernão de Moura e era Cavalleiro e que este era filho de D. Alvaro Gonçaves de Moura.

Portanto não ha a menor duvida que de longa data pertence a Villa da Azambuja aos Rolins de Moura e que sendo tão nobres e de tão grandiosa tradição não lhe é necessario inventar que D. Gil de Moura era filho dos Condes de Chester.

O Senhorio da Azambuja passou para a casa dos Condes de Valle dos Reis pelo casamento do 2.º Conde,

Nuno de Mendonça, em 1707 com D. Luiza de Castro e Moura, filha unica e herdeira da grande casa de Ruy de Moura Telles e de sua mulher tambem D. Luiza de Castro e Moura, filha herdeira de D. Francisco Rolim de Moura, 14 senhor da Azambuja.

D'este Conde de Valle do Reis, foi 4.º neto o 1.º Marquez de Loulé, D. Agostinho Domingos José de Mendonça Rolim de Moura Barreto, que foi pae do 1.º Duque de Loulé D. Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto que casou com a Senhora Infanta de Portugal D. Anna de Jesus Maria, filha d'El-Rei e Senhor D. João VI e da Rainha Senhora D. Carlota Joaquina.

Tem-se repetido portanto que os Rolins são de origem ingleza por o primeiro cá conhecido, D. Childe ou D. Gil Rolim, ser filho do Conde de Chester, descendente dos Reis de Inglaterra, mas, Pinho Leal que algumas vezes tem muito razão, a paginas 286 do seu primeiro volume, no artigo «AZAMBUJA», referindo-se aos Rolins, repetindo a tradição da descendencia dos Reis de Inglaterra, diz — porém um manuscrito antigo que possuo diz o seguinte — *Rolim*, apellido nobre em Portugal, cuja familia precede de Child (ou Gil) de Rolim, da familia dos Duques de Borgonha, em França; o qual veiu por segundo commandante da esquadra combinada, que ia á conquista da Terra Santa, composta de 180 vellas, e que entrou em Lisboa a 12 de Abril de 1147. Ajudou a El-rei D. Affonso Henrique a tomar Lisboa aos Mouros. Ficando Child de Rolim em Portugal, o rei lhe fez mercê da Villa da Azambuja, para elle e seus descendentes.

Inclino-me mais para esta versão. Os Rolins são de origem franceza.

Tenho dois pontos capitaes para reforçar esta minha suposição, uma é o primitivo nome de Azambuja ser «Villa Franca» e outra é que não houve por estas epochas Condes de Chester que se chamassem Rolim como vamos passar a ter conhecimento.

O Armorial Général Précédé d'un Dictionnaire des termes du blason par J. B. Rietstap. Tome II. Deuxième Edition, refundue et augmenté. Gonda. G. B. van Goor Zonen. 1887, tem grande quantidade de Rolins com um e com dois ll, Raoulins e Raulins de variadissimas precedencias, incluindo Borgonha, mas não tem Rolins ou coisa parecida, descendentes dos Condes de Chester ou descendentes dos Reis de Inglaterra.

E' tudo principalmente e quasi na totalidade francez pois que a não serem francezas, apenas encontro uma familia Rollim de origem allemã e outra escripta no plural «Rollins» dos Estados Unidos da America do Norte que naturalmente foi de cá de Portugal pois que o brazão tem grandes afinidades como passo a expôr:

Rolim (Portugal) — De Vermelho, com cinco espadas de prata, guarnecidas de oiro, postas em sautor, as suas pontas para baixo. —

Rolins (Estados Unidos) — De sable á trois péese d'argent, rangées en fasce. Cimier: un bras armé, tenant un badelaire. Divise: Cognece te ipsum.

Ora a primeira colonia ingleza que se estabeleceu no territorio que hoje é abrangido pelos Estados Unidos da America foi na bahia de Chesapeake, na margem do James em 1607 com a denominação de Jamestown. A independencia da America foi proclamada em 4 de Junho de 1776, deixando de ser ingleza.

Para a America do Norte tem ido gente de todo o mundo, portanto de onde iriam os Rolins que uzam espadas no brazão, quando muito anteriormente existiam cá em Portugal com os mesmos emblemas heraldicos e quando não apparecem Rolins com este brazão em qualquer outro paiz?

Vejamos agora como se chamaram e que brazões tiveram os Condes de Chester em Inglaterra por aquelles tempos:

— A Familia Abrincis ou Avranches, Condes de Chester em Kent, Inglaterra, por mercê de 1119 com o titulo de Barões feudaes, tinham por brazão: De ouro com cinco asnas de vermelho.

— A Familia Blundeville, Condes de Chester, em Inglaterra, tiveram por brazão: De azul com tres feixes de trigo de ouro.

— A Familia Kyveliok, Condes de Chester em Inglaterra por mercê de 1322, tiveram por brazão: De azul com seis feixes de trigo de ouro.

— A Familia Meschines, Viscondes de Bayeux e Condes de Chester em Inglaterra por mercês de 1120 e 1232, tiveram por brazão: De vermelho com um leopardo rampante de prata.

São estas as familias que em Inglaterra tiveram o titulo de Condes de Chester. Será um Rolim descendente de alguma destas familias quando na epocha deste cruzado, como acima deixo exposto, não havia qualquer familia Rollim que existisse em Inglaterra com brazão, quanto mais Condes de Chester?

Não, Gil Rolim, Senhor d'Azambuja, era de origem franceza, crismou a sua Villa com o nome de Villa Franca e ainda hoje temos a demonstração desse facto no interessantissimo brazão do Municipio que é o aproveitamento do antigo sello e que tem duas flores de liz acompanhando um zambujeiro ou oliveira brava.

Eu bem sei que nos tempos de D. Affonso Henriques eram as terras povoadas com francezes que emigravam da sua patria para fugirem ao feudalismo e ainda por ahí ha muitas terras com nomes originarios de França, como se eu fôr estudando os brazões das terras de Portugal, irei indicando, mas se Gil Rollim fosse inglez, mesmo que mandasse vir francezes, não punha á terra que lhe foi doada a si e não aos seus habitantes o nome de Villa Franca.

A grande confusão da nossa historia e este dulce far

niente que sempre foi o nosso maior trabalho, deixa com uma suposta consciencia que se aproveite a primeira historia que qualquer romancista deseje inventar. E depois o desejo de todos queremos levar a familia um pouco mais longe do que o que os documentos indicam é o mais portuguez possível.

Naturalmente os Rolins, quando quizeram em Portugal estudar a origem da sua familia, foram até ao tal cruzado e como ainda acharam pouco dão-lhe como origem Inglaterra, da familia dos Condes de Chester, não esquecendo sempre dizer que estes eram descendentes dos Reis de Inglaterra. E pronto, chegou-se á meta que nestes casos é sempre uma familia reinante.

Pois não me parece, e aqui fica levantado o alvitre de que os Rolins eram francezes e enquanto não me provarem o contrario do que aqui deixo, para mim, os Rolins vieram de França.

Ora portanto o tradicional e historico brazão d'Azambuja, deve continuar por tempos definidos a ser:

— *De prata com um zambujeiro verde acompanhado de duas flores de liz vermelhas.*

Este brazão deve ser assente numa bandeira verde por ser a côr da sua peça principal, o zambujeiro.

Consistiu portanto este nosso estudo, em tentar procurar as razões da existencia do antiquissimo brazão da Villa da Azambuja, em lhe attribuir as cores obecendo ás regras da heraldica e em aconselhar a côr da bandeira, que deve ter um metro por lado não incluindo a bainha para a haste.

Sobre as armas deve collocar-se uma coroa de quatro torres, que indica a cathogoria de villa.

*
* *
*

Vejamos um officio da Camara Municipal de Azambuja:

— Azambuja 28 de junho de 1923. N.º 71. Ex.^{m.} Associação dos Archeologos. Lisboa. A Comissão Executiva da Camara Municipal do Concelho de Azambuja, a que me honro de presidir, em sessão hontem realisada, ao tomar conhecimento do estudo feito sobre o brazão da Azambuja, pelo illustre archeologo Afonso de Dornellas, incumbem-me de o agradecer a V. Ex.^{as} e em especial ao Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas, aquelle estudo que nos interessava imenso.

Aguardando o prometido desenho da bandeira, tenho a honra de desejar a V. Ex.^{as} Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Executiva (a) *Alberto de Noronha.*



VILLA FRANCA DE XIRA

Comunicação apresentada por Afonso de Dornellas em sessão da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes de 11 de Abril de 1923, referente ao parecer destas Armas, approvado em sessão de 22 de Dezembro de 1922.

COMO inicio deste estudo, passo a transcrever o documento que o motivou que é nos seguintes termos:

— Villa Franca de Xira. — N.º 106 — Ex.^{m.} Sr. Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes. — Largo do Carmo. — Lisboa. A Camara Municipal deste Concelho vem rogar a V. Ex.^a que pela Secção da sua mui digna Presidencia, seja informada sobre o brazão, cujo modelo tem a honra de remeter. Na ermida de São Sebastião, desta Villa, existe uma pedra com o brazão igual ao modelo junto; numas excavações ha anos feitas nos antigos Paços deste Concelho, quando da sua reconstrução, foi encontrada uma pedra com igual gravura; finalmente ainda na arrecadação municipal existe ha muitos anos tambem uma pedra igual. E como esta Camara não tem brazão, deliberou adoptar aquele escudo e por isso vem pedir o sabio conselho dessa secção, bem como a indicação das respectivas côres do estandarte que pretende mandar fazer. Como esclarecimento ainda devo informar V. Ex. que a esta Camara foi concedido foral, por D. Manuel, no qual se não faz referencia alguma ao brazão. Saude e Fraternidade. — Villa Franca de Xira, 19 de Abril de 1922. — O Presidente da Comissão (a) *Joaquim da Silva Cardoso.*

Este officio é escrito em papel timbrado com um selo em branco que include ao centro um escudo com um leão rampante.

O desenho que acompanha o mesmo officio e de que no conteudo do mesmo ha referencias, tem ao centro um escudo com as cinco quinas encimado pela Cruz de Christo e acompanhado por uma esphera armilar e por uma torre.

Deprehende-se que o sello antigo desta Villa se compunha pelo menos duma torre e que com o apparecimento do foral de D. Manuel que na primeira pagina deverá ter, como era costume, o brazão nacional, a esphera, distintivo particular do Rei que o deu e a Cruz de Christo de cuja ordem era mestre o mesmo Rei, deu em resultado que julgaram que aquelles desenhos que ornaram os foraes de D. Manuel I, eram attributos para o sello do Concelho e fizeram, conjuntamente com a torre do antigo sello, umas Armas que não podem de forma alguma ser usadas por Villa Franca de Xira.

As cruces das ordens, só devem entrar na composição dos sellos e portanto nas armas das Cidades e Villas, quando qualquer coisa de notavel ligava a Ordem Militar respectiva com a historia e a vida da terra.

Não consta que Villa Franca de Xira tivesse qualquer facto na sua historia que dê logar á inclusão da Cruz de Christo na composição das suas armas, pois que apenas foi Commenda da Ordem o que não era argumento para tanto.

A esphera armilar não deve por forma alguma fazer

parte das mesmas armas, porque era o emblema particular do Rei D. Manuel I, portanto só poderia figurar num edificio deste Rei, numa custodia que desse a qual-quer Igreja, nos documentos que firmava, emfim era o seu distintivo puramente pessoal.

Villa Franca de Xira foi do padroado real, mas não é esse o motivo porque se veem as quinas esculpidas juntamente com a torre, visto que tambem estão juntos



Sello de Villa Franca segundo este parecer

os emblemas da Ordem de Christo e do Rei D. Manuel I.

Apenas a torre pertence ás Armas de Villa Franca e é a torre que aconselhamos que seja a principal peça das mesmas Armas pelos motivos que adeante exporemos.

Villa Franca de Xira foi evidentemente fundada a seguir á criação da nacionalidade portugueza.

D. Affonso Henriques deu aos Cruzados que vieram tomar Lisboa e depois a muitos francezes que emigraram do seu paiz para Portugal, para fugirem ao feudalismo que lá os perseguia, muitas terras e regalias.

D. Alfonso Henriques o que mais queria era povoadores que apenas o considerassem como chefe e o ajudassem a defender o terreno que ia conquistando. A entrada era livre e os terrenos eram gratuitos, portanto os povoadores iam apparecendo.

D. Sancho I continuou com a mesma preocupação, dando entrada e guarida a muitos estrangeiros.

Foi a França que exportou para Portugal muita gente, sentindo-se a cada passo na linguagem, nos nomes das terras e até nos costumes a influencia da França d'aquellas epochas.

De forma alguma julgamos que o nome «Villa Franca», indique que a povoação era isenta de impostos, mas sim apenas que foi fundada por Francezes.

As famillias França, Franca e Franco, nada teem com impostos.

Teem estes nomes porque vieram de França como succede a muitas famillias portuguezas que teem nomes de terras, apenas porque emigraram para outras terras e adoptaram o nome da povoação em que nasceram,

sem serem senhores donatarios d'essas povoações nem mesmo das famillias dos mesmos donatarios. Em Portugal até ha uma povoação chamada França.

Bem sei que se chamaram francos, os judeus que tinham certas isenções, mas não é intuitivo que esta regalia fosse adoptada como nome de familia e mesmo que o fosse, não é crível que o nome «Villa Franca» fosse adoptado por essa Villa não ter impostos.

Seria um caso tão extraordinario de coincidencia que estaria taxativamente marcado na historia e seria conhecido o documento originario de tal circumstancia.

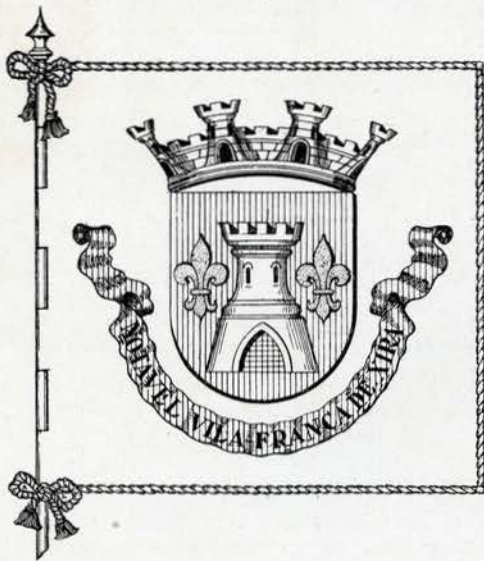
Foi de todos os tempos o pôr o nome da terra em que se nasceu a outra terra que se funda quando se emigra.

Entre nós então é bem conhecido este caso e basta ver os nomes das terras do Brazil onde se repetem varias vezes os nomes das terras que em Portugal já tinham esses nomes quando o Brazil se descobriu. Todas as terras principaes de Portugal teem o seu nome repetido no Brazil e até em paizes que nunca foram portuguezas ha nomes de terras de Portugal.

Para não tornar este estudo muito longo sobre este ponto, basta citar o facto de que na America do Norte existem sete povoações com o nome de Lisboa.

*
* *

Azambuja e Villa Franca pertenceram concerteza na



Bandeira e armas de Villa Franca com as cores indicadas heraldicamente

sua fundação, á mesma pessoa ou ás mesmas pessoas.

Quando tratei do brazão de Azambuja referi-me largamente ao primeiro senhor que parece foi da Azambuja e se chamou Gil, ou Childe, ou ainda Sir Rolim, que foi o progenitor da Illustre Familia dos Condes da Azambuja.

A Villa da Azambuja, quando do seu inicio chamou-se Villa Franca, depois apparece a pequena distancia «Villa Franca de Xira» e a outra Villa Franca passa a chamar-se Azambuja, quando foi esta que foi dada a D. Gil ou D. Childe Rolim.

Em Villa Franca de Xira houve umas torres pois que ainda hoje existe a Quinta das Torres e teve Alcaide.

Foram os Condes de Pombeiro os seus Alcaides e por isso o sello em branco de Villa Franca de Xira, tem sido erradamente o Brazão dos Condes de Pombeiro.

Já largamente tratei da significação Cira, Xira, Gil, Childe, Sir, etc., quando tratei do brazão da Villa da Azambuja e alli disse que deve haver muita relação entre o titulo inglez «Sir», com a designação de regiões por «Childe», donde concerteza derivou o Xira e até o Gil se de facto ha alguma relação entre Gil e Xira.

Naturalmente o tal Rolim que muitos dizem ser inglez filho dos Condes de Chester, e até um dos Cruzados que tomou Lisboa, não passa do Chefe do grupo dos Flamengos a quem D. Sancho I em 1200 deu Azam-



Bandeira e armas da notavel Villa Franca de Xira

Apezar de alguns escriptores dizerem que Villa Franca de Xira nunca teve Castello, vão dizendo que os Condes de Pombeiro, eram Alcaides Móres, portanto teve Castello.

Deve ser pois um Castello a peça principal das suas Armas.

No Elucidario de Viterbo, diz-se que n'aquella area existia uma cira ou mata, que D. Sancho I deu a D. Rolim e a outros flamengos em 1200, como repete Pinho Leal no seu Portugal Antigo e Moderno.

buja, Villa Franca e sabe Deus que outro espaço de terreno, onde hoje existirão ontras povoações.

Rolim, naturalmente era um grande senhor, que teria o titulo inglez de Sir e que uns traduziram para Dom, pois que talvez seja uma distincção identica, e outros traduziram para Gil, Childe e até Xira.

Emfim é um quebra cabeças que ficará ainda para outros definirem.

De positivo sei que ha uma familia Rolim, cuja re-

apresentação principal está na Família dos Condes da Azambuja que ainda hoje uzam este nome como apelido e houve uma Família Xira que não sei onde foi parar.

No titulo 68 do Livro das Linhagens do Conde D. Pedro de Barcellos, filho do Rei D. Diniz, diz-se que D. Maria Paes, filha de Martim Paes, foi casada com um cavalleiro de nome Dom Xira e foram paes de Martim Xira que foi bom cavalleiro.

Martim Paes acima referido, era filho de Dom Paay Delgado e de sua mulher Dona Yoni.

Este Dom Paay Delgado era bom cavalleiro e honrado e teve parte na tomada de Lisboa.

Ora o Conde D. Pedro, que estava muito mais proximo da tomada de Lisboa do que nós e que escreveu o Livro das Linhagens com bastante conhecimento de causa dá o seguinte :

Dom Paay Delgado que casou com Dona Yoni e tiveram :

Martim Paes que foi pae de

D. Maria Paes que casou com Dom Xira.

São portanto tres gerações e se D. Paay Delgado, como diz o Conde D. Pedro entrou na tomada de Lisboa, não é muito provavel que o marido da neta, tambem entrasse, portanto é mais aceitavel que D. Xira fosse o tal Flamengo a quem D. Sancho I deu Villa Franca e Azambuja, de que seja o problematico inglez, filho dos Condes de Chester a quem D. Affonso Henriques deu as mesmas povoações.

E' tambem muito natural que se D. Xira tivesse entrado na tomada de Lisboa, o Conde D. Pedro o tivesse dito quando falla d'este cavalleiro.

José Freire de Monterroyo Mascarenhas grande escriptor e investigador do seculo XVII, fundador do jornalismo em Portugal, tratou da Família Xira, encontrando-se este seu trabalho no codice 1.130 da secção de Manuscritos da Bibliotheca Nacional de Lisboa a paginas 139.

Vejamos como este investigador define o apelido Xira.

— O apelido de Xira é patrimonio em Portugal e originario de Inglaterra, onde se escreveu = SHIRE = que significa Providencia n'aquelle idioma ; sendo aquellas ditas letras = S. h. = auxiliares de = x = que não conhecem no seu alphabeto. O primeiro que se acha com este nome em Portugal foi Wel Shire, ou Xira, que parece ser tudo appellido, porque em Inglaterra, se não acha nas historias d'aquelle tempo semelhante nome proprio, e em Portugal o trataram sempre pelo appellido, como a D. Rolim que sendo nome de Família, foi tomado como de Batismos. —

Diz Depois Monterroyo Mascarenhas que o cavalleiro inglez Wel Shire, veiu na armada que trouxe os Cruzados que em 1147 tomaram Lisboa, e por Mercê de D. Affonso Henriques foi o 1.º Senhor de Villa Franca de Xira.

Depois diz que o primeiro filho d'este e que foi o 2.º Senhor de Villa Franca de Xira, se chamou Guillerme Vellez, etc.

Ora quem escreveu isto, foi José Freire do Monterroyo Mascarenhas, erudito do seu tempo e que todos os investigadores de genealogia tem por uma tal auctoridade que não lhe admittem contestação.

Em todo o caso diz que = Shire = é uma palavra ingleza que significa = Providencia =.

Isto não é fantastico mas é pelo menos uma grande falta de protecção da divina providencia.

Monterroyo Mascarenhas queria dizer que = Shire = significava — Provincia — e não — Providencia.

Emfim, chegam os escriptores antigos, tudo assim armado no ar, a dizer que o primeiro nome de Villa Franca, foi Cornwalia, por os seus primeiros habitantes terem sido inglezes de Cornwall na Inglaterra.

Segue-se que nesta tremenda confusão, temos gasto o melhor dos nossos cuidados para chegarmos a uma conclusão que pareça racional.

Desistimos de ler mais coisas que mais ou menos só servem para ainda mais se confundir tamanha baralhada e vamos a factos concretos.

Chama-se «Villa Franca» de longa data o que não ha duvida, teve Alcaldes Mores portanto teve Castelo. Já aqui temos elementos para organizar as suas armas.

Não foi naturalmente esta Villa cercada de muralhas, pois que não apparecem indicios de tal, mas teve Castello, porque ainda ha a Quinta das Torres.

Terá portanto, na nossa opinião uma torre de prata e como se chama Villa Franca e como no meio da barafunda dos seus fundadores, ha maiores probabilidades de que fosse fundada em 1200 pela doação de D. Sancho I aos Flamengos motivo evidente de se chamar Villa Franca, propomos para que a torre seja acompanhada de duas flores de liz como as armas da Azambuja tambem tem acompanhando o Zambujeiro.

E' interessante que haja uma certa relação entre as duas armas, como muita relação ha entre a fundação das duas povoações.

As armas da Azambuja consistem num zambujeiro entre duas flores de liz e Villa Franca de Xira ficará com uma torre entre duas flores de liz.

Muitos factos tornam Villa Franca notavel, pois que a agricultura elevou-a á proeminencia de ser a região que mais cereaes produziu em Portugal.

Teve grande importancia quando pertenceu aos Templarios, foi berço de D. Affonso de Albuquerque, emfim, a sua Historia era bem digna de uma monographia que a tornasse apreciada como muito bem merece, não esquecendo a Villafrancada no tempo de D. João VI.

Esta revolução iniciada pelo Regimento de Infantaria n.º 23 em 26 de Maio de 1823, fez de Villa Franca de Xira o teatro duma pagina da nossa Historia, que apagou a constituição de 1820.

D. Miguel chefiou essa revolução e D. João VI achou melhor ir ao encontro do filho e tudo ficou em bem.

Cito ligeiramente este conhecido facto, porque elle se liga a outros de alguma importancia para Villa

Franca de Xira conforme os dois documentos que passo a transcrever:

— Para o Juiz, Vereadores e mais officiaes da Camara de Villa Franca de Xira. — Subindo á Real presença de Sua Magestade a Felicitação que lhe dirige a Camara de Villa Franca de Xira pelos faustos motivos dos últimos prosperos acontecimentos, com que a mão de Deus visivelmente se dignou abençoar estes Reinos, restituindo-o á Dignidade do Throno Portuguez e ao pleno exercicio das Suas Reaes e Soberanas attribuições, que uma Fação revolucionaria e violenta lhe havia usurpado, contra o intimo consenso de toda a nação, que envolveu, oprimiu e tyranisou: O mesmo Senhor com a maior satisfação Sua manda significar á Camara, que elle se recordará sempre e ficarão grandes em Seu Real Animo tantas, e tão vivas demonstrações de amor, e de fidelidade, que recebeu, o seu Augusto Filho, de todos os moradores dessa Villa; o qual, por estes mesmos acontecimentos, se tornará memoravel na posteridade; e a constituirão por uma das Villas notaveis do Reino na Historia da Patria. Deus guarde a V. M. Palacio da Bemposta, em 16 de Junho de 1823. *Joaquim Pedro Gomes d'Oliveira.*

Este documento foi publicado na «GAZETA DE LISBOA», de 19 de Junho de 1823.

O outro documento é nos seguintes termos:

— Dom João por Graça de Deus Rey do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que Querendo dar a Antonio Feliciano de Souza, Fidalgo da Minha Casa, e Commendador da Ordem de Christo, um testemunho publico em memoria de Eu ter residido com a minha Real Familia na sua Casa em Villa Franca de Xira, hoje da Restauração, por occasião da gloriosa empreza tentada para restituir á Minha Real Pessoa os Direitos da Soberania e aos Meus subditos a paz e prosperidade de que se achavão privados por procedimento de uma fação desorganizadora = Hey por bem fazer-lhe Mercê do Titulo de Barão da Mesma Villa em duas vidas e Quero e Mando que o dito Antonio Feliciano de Souza se chame de ora em diante Barão de Villa Franca da Restauração e que com o dito Titulo gose de todas as honras e privilegios, izenções, preeminencias liberdades e franquezas que tocam e pertencem ao mesmo Titulo de Barão e lhe podem competir e tocar segundo o uso e antigo costume destes Reinos. Dada no Palacio de Mafra, em 23 de Agosto de 1825. El-Rey. com Guarda e Passado por Decreto de S. Magestade de 3 de Julho de 1823. —

Este documento está registado na Chancellaria de D. João VI, livro 21 folhas 12.

O erudito investigador e academico Sr. Pedro de Azevedo no seu trabalho «Cartas de Villa, de Mudança de nome e do titulo de notavel das povoações da Estremadura», publicado na «Homenagem da Academia das Sciencias de Lisboa ao seu eminente socio de Merito Dr. Henrique de Gama Barros» — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921 — transcreve estes dois interessantes documentos.

Não digo que se vá agora mudar o nome de Villa Franca de Xira para Villa Franca da Restauração, isso não ficou no uzo desde 1823, portanto de fórma alguma se lhe deve mexer, mas o titulo de «Notavel» seria muito interessante que fosse adoptado.

E' no proximo dia 16 de Junho que se completa o primeiro centenario da concessão d'este titulo a Villa Franca de Xira, portanto seria interessante que n'esse

dia fosse deliberado pela respectiva Camara Municipal o passar a uzar «NOTAVEL VILLA FRANCA DE XIRA».

E' da historia este detalhe interessante, sendo portanto interessante que se perpetue.

Agora, que mais ou menos me referi á confusão em que anda a fundação da Villa Franca de Xira e a origem do seu nome, já que não consegui definir quem errou ou quem fallou certo, vou apresentar novas razões para a existencia da palavra Xira para que, se não tentar descobrir pelo menos o filão da verdade, ir augmentar a confusão.

Villa Franca não ha duvida alguma que indica que foi fundada por pessoas que vieram de França. E' um argumento que não pode ter contestação. Ha em Portugal muitas terras que teem nomes que indicam origem Franceza, não só as varias Villas Francas, como ainda Lourinhã, Campanhã, Athougua, Aldeia dos Gaulezes a que até chamaram Alda Galega e mais vulgarmente Aldegalega, etc.

Dezanove Villas existem em França como se vê no «Dictionnaire complet des communes de la France, de l'Algerie, des Colonies et des Pays du protectorat etc. por M. Gindre de Neancy, Paris, 1917, que podiam dar origem ás nossas Villas Francas.

São dezanove entre Villefranche, Villefrancœur, Villefrancon e Villefranques.

Algumas d'estas povoações, teem anexada a designação da região como:

Villefranche-de Conflent, nos Pirineus orientaes.
 Villefranche-du-Périgord, na Dordogne.
 Villefranche-de-Loghapt, tambem na Dordogne.
 Villefranche-de-Panat, em Aveyron.
 Villefranche-de-Queyran, em Lot-et-Garonne e finalmente.
 Villefranche-sur-Cher, no Loire-et-Cher.

Ora é sobre esta ultima Villefranche a que um pouco detalhadamente me quero referir.

Cher é um rio da França que nasce no Departamento de Creuse perto d'uma povoação chamada Du-Cher.

Cher é um Departamento do centro da França composto na sua maior parte do antigo Haut-Berry e limitado ao norte pelo departamento de Loiret, a Este pelo de Nièvre do qual o separam os rios Loire e Allier, seu afluente, etc.

Cher é outro rio da França do departamanto do Loir Inferior. Nasce no cantão de Rougé.

Ora Villefranche-sur-Cher, é muito parecido com Villa Franca de Xira.

Eu não quero affirmar que os povoadores de Villa Franca de Xira tivessem vindo de Villefranche-sur-Cher, mas é muito curiosa a coincidencia.

Outras coincidencias ha ainda mais aproximadas, apesar de haver a certeza de que não ha a menor relação, pois que no Turkestan (Azia) na Provincia de Khotan, ha uma Cidade que se chama Chira.

Na nossa Africa Oriental, na Provincia de Moçambique, ha o rio Chire e com equal nome ha um rio na Columbia, no Estado de Boyacá.

Ainda na America do Sul, na mesma Columbia, na provincia de Llabos ha a cidade de Santa Rosa de Chiré e até em França no departamento de Vienne, ha uma povoação de Chiré-en-Montreuil.

E finalmente, até me refiro á Republica do Chile na America do Sul, descoberta pelo nosso navegador Fernão de Magalhães, que disse que os indios das Molucas assim lhe chamavam por ser muito frio e ter muitas serras cobertas de neve como ainda hoje tem.

Em qualquer dictionario inglez encontramos que Frio, além d'outros significados tem o de Chill e que friorento é Chilly.

Emfim mil coisas, mas nenhuma como haver em França uma terra chamada Villefranche-sur-Cher.

Ácerca de Famillias tambem ha em França a de Chiré, originaria de Poitou e conhecida a seguir ao terceiro seculo.

Ha ainda em França a familia du Cher, du Berry e a du Cher de la Pomarède que é de Languedoc.

Emfim, ficaremos por aqui com mais estes argumentos para confusão e tomemos como base segura o adoptarmos para Villa Franca de Xira as seguintes armas:

— *De Vermelho com uma torre de prata acompanhada de duas flores de liz de ouro. Coroa Mural de prata de quatro torres, por indicar a cathegoria de Villa.*

Bandeira branca por ser a cor da figura principal das armas a qual deverá ter por debaixo uma fita com os dizeres «NOTAVEL VILLA FRANCA DE XIRA».

Quando apresentámos o parecer para estas armas em 22 de Dezembro de 1922, indicamos tres flores de liz em chefe mas tivemos duas razões para desistirmos desta disposição:

1.^a foi porque ficava exactamente equal ao brazão da povoação franceza Villefranche na região do Rhone.

2.^a porque fica muito mais interessante com as flores de liz na mesma disposição que o brazão da Azambuja, cuja historia tanta intimidade tem na sua fundação com Villa Franca de Xira.

A bandeira deve ter um metro por lado não incluindo a bainha onde enfia a haste.

Vejamos a correspondencia recebida depois da remessa deste parecer á Camara Municipal de Villa Franca de Xira.

— Concelho de Villa Franca de Xira. N.º 327. Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção da Associação dos Archeologos Portuguezes—Lisboa — A Comissão Executiva da Camara Municipal d'este Concelho deiberou na sua ultima sessão, de hontem, agradecer penhoradissima a essa digna Associação, o Estudo feito sobre o Brazão de Villa Franca, cujo croquis nos foi enviado com officio de 23 do corrente, acompanhado do resumo do parecer da secção de heraldica. Como porem, a nova Vereação toma posse no dia 2 do proximo mez, ella tomará tambem conhecimento do assumpto e resolverá definitivamente o que se lhe oferecer. Esperamos contudo que V. Ex.^a enviará, como prometeu, o parecer explicando as razões em que a mesma Secção se baseou para propor aquelle Brazão. Saude e Fraternidade. Villa Franca de Xira, 27 de Dezembro de 1922. O Presidente da Comissão (a) *Joaquim da Silva Cardoso.*

— Concelho de Villa Franca de Xira. N.º 171. Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas. Associação dos Archeologos Portuguezes Lisboa. — A Comissão Executiva da Camara Municipal d'este concelho accusando a recepção do parecer, de que V. Ex.^a foi digno relator, sobre o Brazão de Villa Franca, agradece com o maior reconhecimento, o estudo feito, e comunica-lhe que, vae apresentar hoje ao senado Municipal aquelle trabalho que tanto honra a digna Associação dos Archeologos Portuguezes de que V. Ex.^a é tão erudito membro. Saude e Fraternidade. Villa Franca de Xira, 27 de Abril de 1923. O Presidente da Comissão. (a) *Antonio Lucio Baptista.*

— Concelho de Villa Franca de Xira. N.º 173. Ex.^{mo} Sr. Presidente da Associação dos Archeologos Portuguezes. Edificio do Carmo. Lisboa. Cabe-me a honra de comunicar a V. Ex.^a que o senado municipal d'este Concelho, em sua sessão de hontem, aprovou por unanimidade o douto parecer da Illustre Associação a que V. Ex.^a preside ácerca do brazão d'esta Villa, parecer esse elaborado pelo erudito relator o Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas que mais uma vez revelou os seus conhecimentos profundos em tão difficil assumpto e a quem a Camara Municipal a que presido tributa a merecida homenagem. Endereçando a V. Ex.^a os mais calorosos agradecimentos pela atenção dispensada á consulta d'esta vereação, desejo a V. Ex.^a Saude e Fraternidade. Villa Franca de Xira, 28 de Abril de 1923. O Presidente da Camara (a) *Carlos José Gonçalves.*



SILVES

Em continuação do parecer publicado a paginas 11 deste volume, vou transcrever tres cartas referentes ás Armas desta cidade:

— Camara Municipal de Silves — Livro 10 N.º 203. Silves 23 de Junho de 1925. Ex.^{ma} Sociedade de Archeologia Portuguesa, Largo do Carmo—Lisboa—Tendo esta Camara conhecimento d'uma comunicação feita pelo sr. Affonso de Dornellas, a essa Sociedade Scientifica acerca do Escudo ou Brazão d'Armas desta cidade, e havendo o maior interesse em ver esclarecido este assunto, conforme foi solicitado em officio N.º 500 de 27 de Dezembro ultimo, ousou solicitar de V. Ex.^a a subida fineza de esclarecer esta Camara sobre o contheudo da referida comunicação. Com os protestos da mais alta consideração, desejo a V. Ex.^a Saude e Fraternidade. Pelo Presidente da Comissão Executiva — O Vereador. (a) . . . ? —

— Camara Municipal de Silves — Livro 10 N.º 232. Silves, 17 de Julho de 1925—Ex.^{ma} Associação dos Archeologos Portuguezes—Edi-

ficio Historico do Carmo (Secção de Heraldica) - Lisboa. A Comissão Executiva d'esta Camara Municipal de Silves, tem a honra de acusar a receção do parecer que essa instituição scientifica se dignou enviar-lhe, acerca do Braço d'armas desta cidade, significando-vos ao mesmo tempo da expressão do seu reconhecimento por esse facto. Entretanto, fica esta Camara aguardando o desenho do mesmo Braço e Estandarte, conforme prometimento feito por essa Associação. Com os protestos da mais elevada consideração, sou de V. Ex.^a M.^{to} Att.^o Ven.^o e Obg.^o. O Vice-Presidente da Comissão Executiva (a)...?

—Camara Municipal de Silves—Livro 11 N.^o 591—Silves, 4 de Dezembro de 1926—Ex.^{ma} Associação dos Archeologos Portuguezes—Secção de Heraldica—Edificio Historico do Carmo—Lisboa—Em devido tempo receberam esta Camara Municipal um parecer elaborado pelo illustre membro dessa Associação, Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas e bem assim o desenho do que aquele mesmo senhor entende dever ser o braço e estandarte deste Municipio. Agradecendo a essa Associação e em especial ao Ex.^{mo} snr. Afonso de Dornellas, os esclarecimentos prestados acerca deste assunto, cumpre-me comunicar que a Comissão Administrativa da minha presidencia, de acordo com o referido parecer e respectivo desenho, resolveu mandar proceder á confecção do novo estandarte. Renovando, em nome da Comissão a que presido, os meus agradecimentos, tenho a honra de vos apresentar os meus melhores votos de Saude e Fraternidade. O Presidente da Comissão Administrativa (a) Anibal Sant'Anna.—



BELMONTE

De entre as varias cartas recebidas de Belmonte em referencia ao parecer incluido a pagina 15 deste volume, vou transcrever tres que interessam ao estudo das mesmas armas:

—Administração do Concelho de Belmonte, n.^o 60—Belmonte, 10 de Maio de 1923. Ao Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas, Illustre Vogal da Associação dos Archeologos Portuguezes Lisboa—Pelo relato do Jornal «A Patria» tive conhecimento que V. Ex.^a se occupou na penultima sessão d'esta prestimosa Associação da historia dos braços de Armas desta Villa de Belmonte e Caria, freguesia deste concelho. Venho pois, mais uma vez agradecer a V. Ex.^a tão importante serviço que está prestando a este concelho, visto que aqui tudo se ignora e pedia-lhe a fineza, logo que lhe seja possivel, de se dignar ter o incomodo de enviar a esta administração os croquis dos referidos braços e respectivos pareceres. Saude e Fraternidade. O Secretario da Administração (a) José Luiz Rebello.

—Administração do Concelho de Belmonte N.^o 119 Ao Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas, Dignissimo Presidente da Secção da Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes Lisboa, Belmonte 3 de Abril de 1928.—Tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.^a de harmonia com o exposto na *Proposição* publicada no 1.^o volume do Elucidario Nobiliarchico, do qual V. Ex.^a é mui digno Director, pedindo a fineza de me informar sobre o seguinte. No referido Elucidario paginas 16 diz que o Concelho de Belmonte foi restaurado por decreto de 15 de Janeiro de 1898. No Codigo Administrativa Lei 621 de 23 de Junho de 1916 Capitulo III Art. 16 diz uma parte o seguinte: Por decreto de 13 de Janeiro de 1898 foram restaurados os concelhos de Ilhavo, etc, Belmonte etc. Como ha diferença no dia de 15 para 13 como V. Ex.^a se dignará verificar, desejava saber ao certo qual a data certa em que foi restaurado.

Desculpe-me V. Ex.^a em vir incomoda-lo apresentando-lhe em meu nome e em nome dos municipes d'este Concelho os nossos maiores agradecimentos pelo estudo e publicação do que diz respeito ao concelho de Belmonte. Saude e Fraternidade. O administrador do Concelho (a) José Lopes de Gusmão.

Claro que respondi que era a data de 13 que estava errada o que é muito facil succeder visto que a data de 15 é a verdadeira. Entre um 3 e um 5 é facil o equívoco.

Pela transcrição desta carta fica portanto rectificado o que disse a paginas 16 em referencia á data da restauração do Concelho de Belmonte.



LUSO

A paginas 73 deste volume está o parecer referente ao selo e estandarte do Luso, incluindo o desenho do mesmo estandarte com as cores indicadas heraldicamente. Houve porem um lapzo ao indicar a cor da bandeira que pelo parecer e pela reprodução a cores incluida a paginas 75 se verifica que é amarela, mas



Bandeira do Luso com as cores indicadas heraldicamente

que no desenho a paginas 74, está indicada a branco. Por este motivo se reproduz novamente com o amarelo (ouro) indicado.

Aproveito a oportunidade para transcrever os dois officios seguintes:

—Junta da Freguesia n.^o 4 Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas Lisboa. Esta Junta, em sessão da minha presidencia, apreciou e

adoptou o parecer proficientemente elaborado por V. Ex.^a e aprovado pela prestante Associação dos Archeologos Portugueses e resolveu lançar na acta um voto de profundo agradecimento a V. Ex.^a e á douda Associação de que faz parte. Com o testemunho do nosso mais distinto reconhecimento desejamos a V. Ex.^a Saude e Fraternidade. Luso, 20 de Janeiro de 1924. O Presidente (a) José Troncho de Mello.

— Junta da Freguesia. N.º 5. Ex.^{ma} Associação dos Archeologos Portugueses. Lisboa. Esta Junta em sessão da minha presidencia, apreciou e adoptou o Brasão do Luso, conforme parecer aprovado por essa douda instituição e elaborado pelo illustre archeologo Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas, tendo resolvido lançar na acta um voto de profundo agradecimento a essa prestante Associação e ao illustre relator do parecer. Seja-me permitido juntar os meus melhores agradecimentos a V. Ex.^a e desejar Saude e Fraternidade. Luso, 20 de Janeiro de 1924. O Presidente (a) José Troncho de Mello.



CARIA

Alem das referencias já acima feitas ao transcrever uns officios de Belmonte, ainda sôbre Caria, cujo parecer publiquei a paginas 104 d'este volume, vou transcrever o officio seguinte:

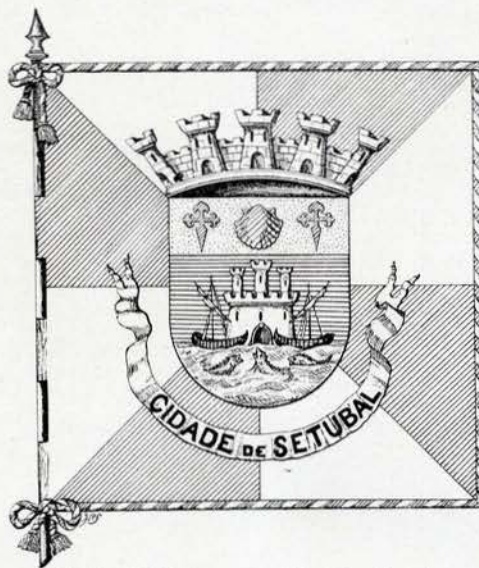
—Junta da Freguesia de Caria. N.º 1 — Ex.^{mo} Sr. Presidente da Secção de Heraldica e Genealogia da Associação dos Archeologos Portugueses. Convento Historico do Carmo. Lisboa. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a e da Illustre Associação de que V. Ex.^a é digno ornamento, de que pelo cidadão Ex.^{mo} Sr. José Rebelo, Secretario da Administração deste concelho de Belmonte, e residente nesta povoação de Caria, de onde é filho, foi entregue a esta junta de freguesia da minha presidencia o parecer por V. Ex.^a elaborado acerca do Brasão de Armas, desta historica e rica povoação, de Caria (B. B.). Esta Junta interpretando o sentir unanime desta povoação delibrou por unanimidade, lançar na acta da sessão ordinaria de 27 do corrente o seguinte: Um voto de maior louvor e reconhecimento á prestigiosa e patriótica Associação dos Archeologos Portugueses e em especial ao Ex.^{mo} Sr. Afonso de Dornellas, illustre Presidente da Secção da Heraldica e Genealogia da referida Associação pelo seu desenvolvido trabalho historico, no parecer emitido acerca do Brazão de Armas desta historica e rica povoação de Caria, (B. B.) e que contanto acrisolado amor patrio e desinteresse se dignou fazel-o, e que desta deliberação se lhe desse conhecimento.

Os membros da Junta (a) Moizés de Sousa Gatto, José Taborda, Francisco Esteves Moacho, Francisco Joaquim Carvalho e José Afonso. Esta Junta foi informada pelo dito cidadão Ex.^{mo} Sr. José Rebelo, que V. Ex.^a em breve lhe enviaria o croquis do Brazão de d'Armas e Bandeira desta povoação, o que todos os habitantes estão anciosos de receber afim de encomendarem a dita bandeira. Agradecendo mais uma vez, deseja a V. Ex.^a. Saude e Fraternidade. Junta da Freguesia de Caria (B. B.) 29 de Janeiro de 1924. O Presidente (a) Moysés de Sousa Gatto.



SETUBAL

O desenho do Estandarte de Setubal com as cores indicadas heralδικamente, publicado a paginas 134



Bandeira de Setubal com as cores indicadas heralδικamente

deste volume, tem o campo das armas erradamente indicado a vermelho quando devia ser a azul conforme o novo desenho agora aqui incluido.



CEZIMBRA

O parecer das Armas de Cezimbra incluido a pagina 136 deste volume, já anteriormente tinha sido publicado a paginas 187 do Volume X da «Historia e Genealogia» e no Jornal «O Cezimbrense» de 1 e 8 de Agosto de 1926.



ARRUDA DOS VINHOS

Publicado o parecer sobre as Armas desta Villa, a paginas 325 deste Volume, vou agora transcrever um amavel officio referente ao assumpto:

— Camara Municipal de Arruda dos Vinhos, N.º 81. Arruda dos Vinhos, 16 de Maio de 1928. Ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes—Lisboa. Foi presente á Comissão Administrativa da Camara Municipal de Arruda dos Vinhos, de minha presidencia, em sua sessão de 12 do corrente, o parecer aprovado em 30 de Novembro de 1927, por essa douta secção, referente ao brazão d'armas desta vila, em deferimento ao que por este municipio foi pedido em officio N.º 11 de 17 de fevereiro d'aquelle mesmo ano, ficando assim confirmadas as investigações encetadas pelo Chefe da Secretaria desta Camara, Antonio Bernardo de Miranda, e definidas as cores que devem compor o brazão e estandarte Municipaes. Esta comissão, representante da municipalidade Arrudense, tão antiga como a propria nacionalidade e tão amante dos seus foros de municipio, não pode deixar de manifestar a V. Ex.^a o mais vivo reconhecimento pelo estudo e investigação scientifica e conscienciosa com que se dignou elucidar a questão das armas d'esta villa, que ficou agora definitivamente resolvida com a definitiva

adopção, que esta Comissão deliberou fazer, do que é indicado no parecer referido. Queira pois V. Ex.^a aceitar o nosso preito de sincero agradecimento e os nossos votos de Saude e Fraternidade. O Presidente (a) José Vaz Monteiro.



SALVATERRA DE MAGOS

A paginas 327 deste Volume foi publicado o parecer referente as armas desta Villa. Acusando a recepção do mesmo, recebi o seguinte memorandum:

—Camara Municipal de Salvaterra de Magos, N.º 133. Salvaterra de Magos, 24 de Maio de 1928. Ex.^{mo} Sr. Affonso de Dornellas. Palacio da Rocha do Conde d'Obidos. Lisboa. Em execução da deliberação tomada em sessão de hoje, pela Comissão Administrativa da minha presidencia, tenho a honra de, em nome desta municipalidade apresentar a V. Ex.^a os devidos agradecimentos pela remessa do parecer e desenhos respeitantes ás armas, estandarte e selo d'esta Camara. Saude e Fraternidade. O Presidente (a) José Engenio de Menezes





HERALDICA DE FAMILIA

CARTAS D'ARMAS

José Arnau de Almeida Serra

SOB n.º 1451, publicou o Visconde de Sanches de Baena no seu «Archivo Heraldico Genealogico» o extracto da carta de brasão d'armas passada a favor de José Arnau de Almeida Serra.

Como sucede com muitas outras cartas extratadas nesta obra, está não só muito incompleta como até erradíssima pois dá o agraciado como filho do terceiro avô, tendo portanto saltado três gerações. Omite-lhe também a diferença.

Emfim, como é um caso curioso de erro, vou transcrever o que diz Sanches de Baena :

— José Arnau de Almeida Serra, cavalleiro professo na Ordem de Christo, filho de Simão Thomaz da Serra, tio de Manuel da Serra, tenente general que foi nesta corte, pae de José da Serra, governador do Grão-Pará e Maranhão; e pela materna neto de Belchior Henriques Arnau, e de Barbara da Cunha e Brito, filha de Simão da Cunha de Brito; bisneto de João Negrão Arnau, irmão de Salvador Neto Arnau, Capitão Mor da mesma Villa, e de Belchior Henriques Arnau, Alcaide Mor de Cezimbra, terceiro neto de Belchior Henriques, e terceiro neto também de Antonio de Oliveira, irmão do padre Gaspar Carneiro, instituidor do vinculo que possuiu o mesmo supplicante, que na Igreja de Miranda do Corvo tem sua sepultura. Um escudo espartelado; no primeiro quartel as armas dos Almeidas, no segundo as dos Serras, no terceiro as dos Arnau, e no quarto as dos Carneiros. — Brasão passado a 20 de Dezembro de 1771. Registado no Cartorio da Nobreza. Livro I folhas 165 verso. Conferido Campos.

Por esta carta se pode avaliar do valor da conferencia do snr. Campos, bastando um pequeno exame para

ver a serie de complicações que daria á pessoa que utilisasse esta transcrição, pois omitindo tres gerações na linha paterna, deu as gerações certas da linha materna, portanto dá o terceiro avô casado com a mãe do agraciado. Emfim uma curiosa trapalhada que estabelece a confusão e para remate ainda diz que o agraciado é pela parte materna, terceiro neto de Antonio de Oliveira quando se trata do Antonio Carneiro.

Vejamos agora a carta autentica :

O Sr. Dr. Carlos de Sacadura Botte Pinto de Mascarenhas, publicou em 1927 -- Coimbra — Tip. da Grafica Conimbricense, Limitada, a genealogia da Sua Ilustre Familia, com o titulo «José Arnau de Almeйда Serra da Louzã e a sua descendencia.»

Possuo o exemplar n.º 46 deste interessantissimo trabalho, por gentil oferta de Sua Ex.^{cia}, que sendo possuidor da carta original de brasão dada aquelle seu ascendente, me permitiu que aqui a includesse, sendo muito para agradecer tal amabilidade, pois vem rectificar o que publicou o Visconde de Sanches da Baena.

Vou pois transcrever dessa carta, a parte que interessa aos estudiosos.

— Dom Jozé Por Graça de Deos, Rey de Portugal... Faço saber aos que esta minha carta de Brasão de Armas de Nobreza e Fidalguia virem que Jozé Arnau de Almeйда Serra Cavalleiro professo na Ordem de Christo morador na Villa da Louzã me fez petição dizendo que pella sentença de justificação de sua Nobreza a ella juncta, proferida pello meu Dezembargador, e Corregedor do Cível da Corte e Caza da Supplicação o Doutor Manuel Nicolau Esteves Negrão : subscripta por João Gançalves da Costa Escrivão do dito Juizo e

pellos Documentos, que juntos a ella me apresentava se mostrava, que elle he Filho Legitimo do Bacharel Manoel de Almeida Serra Familiar do Santo Officio e de sua molher Maria Arnau de Rivo. Neto pella parte paterna de Manoel Simões de Almeida e de sua molher Maria Dias da Serra, Bisneto de outro Manuel Simões de Almeida, que era filho de Simão Thomaz da Serra Tio de Manoel da Serra Tenente General, que foi nesta Corte, Pay de Jozé da Serra Governador do Gram Pará, e Maranhão, e pella materna, q. he Neto de Belchior Henriques Arnau, e de Barbara da Cunha e Brito filha de Simão da Cunha de Brito. Bisneto de João Negrão Arnau Irmão de Salvador Neto Arnau Capitão Mór da mesma Villa e de Belchior Henriques Arnau Alcaide Mór de Sezimbra, Terceiro Neto de Belchior Henriques, e terceiro Neto tambem de Antonio Carneiro, Irmão do Padre Gaspar Carneiro Instituidor do Vinculo q. possui o mesmo Supplicante, q. na Igreja de Miranda do Corvo tem sua Sepultura com as Armas desta familia de Carneiros. Os quaes seus Pays, Avos e mais Ascendentes, q. foram pessoas muito Nobres legitimis descendentes das familias dos apellidos de Almeidas, Serras, Arnau, e Carneiros e como taes se tratarão com Armas, Cavallos, e Creados a ley da Nobreza servindo na dita Villa o primeiro Lugar de Juiz de Fora pella Ordenação e os mais do Governo da Republica, que só servem as pessoas Nobres e mais distintas della e da mesma forma os primeiros Postos no Militar. Pello q. me pedia por Mercê, q. para a memoria dos ditos seus Progenitores se não perder a clareza de sua antiga Nobreza, lhe mandase dar Minha Carta de Brazão de Armas das referidas familias para dellas tambem uzar na forma, q. as trouxerão e forão concedidas aos ditos seus Progenitores, e elle as deve trazer segudo o Meu Regimento e Ordenação da Armaria. E vista por Mim a dita sua petição setença e Documentos, e constar de tudo o referido lhe mandei passar esta Minha Carta de Brazão de Armas das referidas familias na forma q. aqui vão Brazonadas, Divizadas e Iluminadas com cores, e metaes segudo se achão registadas no livro dos registos das Armas da Nobreza e Fidalguia destes Meus Reynos, q. tem Portugal Meu Principal Rey de Armas. Assaber: Hu Escudo esquartellado. No primeiro quartel as Armas dos Almeidas em campo vermelho seis bezantes de ouro entre hua Crux dobre, e bordadura do mesmo metal: No segundo as dos Serras em campo vermelho hum Monte de sua côr sobre elle hu. Castello de prata entre duas cabeças de Serpes verdes armadas e picadas de ouro. No terceiro as dos Arnau em campo de prata seis Leões de negro armados de verme. Iho em duas pallas: No quarto as dos Carneiros em campo vermelho hua banda azul cotçada de ouro com trez flores de liz do mesmo metal entre dois Carneiros de prata armados de ouro. Paquie dos metaes e cores das Armas. Timbre o dos Almeidas hua Aguia vermelha bezanteada de ouro, e por differença hua brica de azul com hua banda de prata. O qual Escudo e Armas poderá trazer e uzar o dito Jozé Arnau de Almeida Serra assim como as trouxerão e uzarão os ditos Nobres e antigos Fidalgos seus antepassados em tempo dos Senhores Reys Meus antecessores, e com ellas poderá entrar em Batalhas, Campos, Reptos... EL-REI Nosso Senhor o mandou por Luis Rodrigues Cardozo Cavaleiro Fidalgo de Sua Casa, e seu Rey de Armas Portugal, Frei Manoel de Sancto Antonio e Silva da Orde de S. Paulo a fes em Lixboa aos vinte dias do Mes de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de Mil sete centos setenta, e hum. Filippe Rodrigues de Campos a fes escrever. PORTUGAL REY DE ARMAS E PAU LUIS ROIZ CARDOSO. Reg.^{da} no L.^o 1.^o do Reg.^{to} dos Brazões da Nobreza d'estes Reynos e suas Conquistas a fls. 165 v. Lx.^o 23 de Dez.^o de 1771. Filippe Roiz de Campos.

Vejamos portanto com o auxilio desta carta e do estudo referido do Sr. Dr. Carlos de Sacadura Botte Pinto Mascarenhas, um pouco da ascendencia e descendencia de José Arnau de Almeida Serra.

I — SIMÃO THOMAZ DA SERRA, foi tio de Manuel da Serra, Tenente General e pae de José da Serra, Governador do Grão Pará e Maranhão.

De Simão Thomaz da Serra nasceu

II — MANUEL SIMÕES DE ALMEIDA que foi pae de

III — MANUEL SIMÕES DE ALMEIDA que casou com D. Maria Dias da Serra e foram paes de

IV — MANUEL DE ALMEIDA SERRA, Familiar do Santo Officio que casou com D. Maria Arnau de Rivo filha de Belchior Henriques Arnau e de sua molher D. Barbara da Cunha e Brito filha do Simão da Cunha e Brito.



Primeira pagina da Carta d'Armas de José Arnau de Almeida Serra

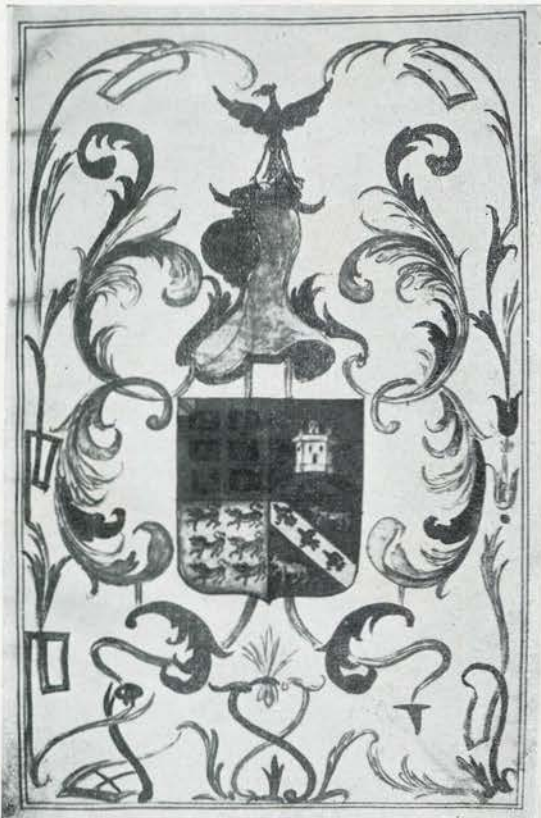
Não encontrei na Torre de Tombo o processo de Familiar do Santo Officio, referente a Manuel de Almeida Serra.

Belchior Henriques Arnau era filho de João Negrão Arnau que por sua vez era irmão de Salvador Neto Arnau Capitão mór e de Belchior Henriques Arnau Alcaide mór de Cezimbra e todos trez filhos de Belchior Henriques.

D. Maria Arnau de Rivo tambem era neta de Antonio Carneiro, irmão do Padre Gaspar Carneiro, instituidor d'um vinculo e que foi sepultado na Igreja de Miranda do Corvo em tumulo com as suas armas.

Do casamento de Manuel de Almeida Serra e da sua mulher D. Maria Arnau de Rivo, houve

V — Dr. JOSÉ ARNAU DE ALMEIDA SERRA que nasceu em 6 de Setembro de 1744 na Villa da Louzã onde tambem faleceu em 31 de Outubro de 1812. Foi fidalgo da cota d'armas por carta de 20 de dezembro de 1771 conforme acima vae transcrito, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Vereador mais velho servindo de Juiz de Fora pela ordenação na Villa da Louzã, Administrador do Mogadio instituido pelo seu tio avô o Pa-



Armas concedidas a José Arnau de Almeida Serra

dre Gaspar Carneiro e senhor da Casa da Rua Nova na Louzã.

Casou em Cellas, freguesia da Sé de Coimbra em 16 de fevereiro de 1791 com sua prima D. Anna Barbara Gamboa Arnau de Rivo, filha do Bernardo José Arnau de Rivo e da sua mulher D. Francisca Xavier de Almeida de Gamboa.

Do casamento do Dr. José Arnau de Almeida Serra, entre outros filhos que morreram sem geração, houve os seguintes:

VI — Dr. DIAMANTINO ARNAU DE ALMEIDA SERRA que segue no §.º 1.º. Por não ter su-

cessão legitima passou a Administração dos Vinculos para a sua irmã seguinte.

VI — D. ANNA DE S. JOSÉ ARNAU GAMBOA que por morte de seu irmão foi a Administradora dos Vinculos. Morreu sem geração.

VI — D. MARIA LIBERATA ARNAU GAMBOA que sucedeu na casa de seus paes e foi senhora da Casa de Alfocheira que lhe deixou seu primo e padrinho o Dr. Francisco Xavier de Almeida Serra. Casou na Louzã em 1830 com o Dr. José Maria Corte-Real de Saude Sacadura Botte, que nasceu em 1799 e era filho de José da Costa Pereira Estaço Corte Real de Saude Sacadura Botte e de sua mulher D. Ritta Efigénia de Mendonça Leite Ferraz de Tavora da Casa da Rua da Fonte da Louzã.

O Dr. José Maria Corte-Real de Saude Sacadura Botte, morreu na Louzã na sua casa da Alfocheira em 6 de dezembro de 1881, tendo sido por vezes Presidente da Camara Municipal da mesma Villa e quasi sempre Juiz do Direito Substituto.

Do casamento de D. Maria Liberata Arnau Gamboa, nasceram, alem doutros que morreram sem geração, os seguintes:

VII — D. Anna Barbara de Sande Sacadura Botte que segue no §.º 2.

VII — Dr. João de Azevedo Pacheco Sacadura Botte, ultimo Morgado da Casa da Rua Nova. Morreu sem geração.

VII — DR. JULIO CESAR DE SANDE SACADURA BOTTE, que segue.

VII — Dr. Carlos de Sande Sacadura Botte, Reitor do Seminario de Leiria e Conego Chantre da Sé Patriarchal de Lisboa.

VII — Dr. JULIO CESAR DE SAUDE SACADURA BOTTE, senhor da Casa do Tibaldinho no Concelho de Mangualde que herdou de sua prima e madrinha D. Maria de Patrocinio do Amaral Pessoa. Lente de Prima Decano e Director da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Casou em 1887 na freguesia da Sé Nova da Universidade de Coimbra, com D. Maria Ritta Freire Cortez Metello Cabral, filha de Francisco Cabral Metello de Lemos e Napoles e de sua mulher D. Amalia Freire Cortez de Albuquerque. Residiu na Casa da Rua dos Coutinhos em Coimbra.

Do seu casamento nasceram:

VII — D. Maria Lusitana Metello de Sacadura Botte que casou em 1912 em Coimbra com o Dr. Antonio Faria Carneiro Pacheco, professor da Faculdade de Direito. Morreu sem geração.

VII — DR. FRANCISCO METELLO DE SANDE SACADURA BOTTE. Casou em 1908 em Tibalde, concelho de Mangualde, com D. Maria de Sousa Rosado, filha do Dr. Jeronimo do Couto e Sousa, Juiz de Direito aposentado e de sua mulher D. Maria de Jesus Rosado. Deste casamento nasceram: D. Maria Liberata, D. Maria Luiza e D. Maria de Lourdes.

§.º 1.º

VI — Dr. DIAMANTINO ARNAU DE ALMEIDA SERRA filho do Dr. João Arnau de Almeida Serra (V).

Não casou mas além dum filho de nome José que morreu creança deixou mais:

VII — Dr. ANTONIO MARIA DE CARVALHO DE ALMEIDA SERRA, Advogado e Deputado pelo círculo de Gouveia. Foi chefe da 2.ª Repartição da Direcção Geral Política e Civil do Ministerio de Reino. Casou em 1873 na freguesia de Figueiró da Serra em Gouveia com D. Eduarda Augusta Homem de Vasconcellos, filha de Manuel Homem de Vasconcellos e de sua mulher D. Anna Augusta Oliva de Vasconcellos.

Do casamento do Dr. Antonio Maria de Carvalho de Almeida Serra, entre outros filhos que morreram sem geração, houve mais:

VIII — Antonio Homem de Vasconcellos de Almeida Serra que foi Escrivão Notario em Villa Franca de Xira. Casou em 1901 na freguesia da Graça em Lisboa, com D. Joaquina Augusta de Sousa Bello, natural de Gouveia e filha de Cesar Augusto Bello e de sua mulher D. Maria Adelaide Benedita de Sousa. Deste casamento nasceram: D. Maria Magdalena, D. Eduarda Augusta, Antonio Maria Bello de Almeida Serra e Manuel Carlos Bello de Almeida Serra.

VIII — D. Anna Augusta Oliva de Almeida Serra.

VIII — Dr. Affonso Homem de Vasconcellos de Almeida Serra, advogado em Lisboa. Casou em 1917 na freguesia de S. Christovão de Lisboa com D. Maria Amelia Pinheiro de Magalhães, filha de Manuel de Magalhães Pereira Pinheiro e de sua mulher D. Maria das Dores Correia de Sá Nunes Leal de Gusmão.

VIII — D. Emilia Eduarda Homem de Almeida Serra.

VIII — D. Amelia Oliva de Almeida Serra que casou em 1923 na freguesia de S. Christovão de Lisboa com o Dr. José de Almeida Ignez, filho de Antonio Augusto de Almeida e de sua mulher D. Maria Amelia Faria Velloso de Almeida.



Louzã — Casa da Rua Nova do Dr. José Arnau de Almeida Serra — V. (Quadro do Pintor João Reis)

§.º 2.º

VII — D. ANNA BARBARA DE SANDE SACADURA BOTTE, filha de D. Maria Liberata Arnau Gomboia (V). Casou na Louzã em 1850 com Pedro Soares Pinto Mascarenhas Castello Branco, de Folgues, filho do Dr. José Antonio Soares Pinto Mascarenhas Castello Branco, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Juiz do Crime em Coimbra, Desembargador da Casa da Suplicação, 10.º Senhor dos Morgados de Santa Marinha e Azurara, 4.º senhor dos vinculos dos Choridos em Gouveia e 6.º senhor da Casa e Morgado das Chagas de Christo na villa de Lagares, e de sua mulher D. Ritta da Costa

Azevedo, senhora da Casa da Corredoura em Sortelha. Do casamento de D. Anna Barbara de Saude Sacadura Botte, entre outros filhos que morreram sem geração, houve os seguintes:

VIII — D. Maria Lusitana de Sacadura Mascarenhas de Lenços que segue no §.º 3.

VIII — D. Maria Luiza de Sacadura Botte Pinto Mascarenhas que segue no §.º 4.

VIII — DR. CARLOS DE SACADURA BOTTE PINTO MASCARENHAS que segue.

VIII — D. Maria Emilia de Sacadura Mascarenhas que cazou na Louzã em 1901 com o Dr. Ayres de Castro e Almeida, Bacharel formado em direito, Desembargador da Relação de Lisboa, filho do Conselheiro Dr. Luiz da Costa e Almeida, Comendador da Ordem de Christo, Lente de Prima, Decano e Director da Faculdade de Mathematica de Coimbra e de sua mulher D. Ermelinda de Castro Freire de Vasconcelos. Do casamento de D. Maria Emilia de Sacadura Mascarenhas, nasceram: D. Maria Ermelinda, Pedro de Mascarenhas de Castro e Almeida, D. Maria Antonia e D. Maria Eugenia.

VIII — D. Maria José de Sacadura Mascarenhas de Souza Pinto que cazou na Louzã em 1887 com o Dr. Jozé de Freire de Sousa Pinto, Lente de Mathematica da Universidade de Coimbra, filho do Conselheiro Dr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, tambem Lente de Mathematica na mesma Universidade, Gran Cruz de S. Thiago e Director do Observatorio Astronomico da referida Universidade, e de sua mulher D. Jacintha Candida de Vasconcellos, senhora da Quinta de S. Jeronimo em Coimbra por herança de seu tio o Visconde de S. Jeronimo. Não teem geração.

VIII — D. Maria Mi-quellina de Sacadura Botte Pinto Mascarenhas.

VIII — Dr. CARLOS DE SACADURA BOTTE PINTO MASCARENHAS. Bacharel formado em Direito. Advogado e Conservador do Registo Predial na Louzã, Governador Civil de Leiria com a dictadura de El-Rei o Senhor D. Carlos. Socio efectivo do Instituto de Coimbra e auctor do estudo acima citado «José Arnau de Almeyda Serra da Louzã e a sua descendencia», donde colhi os elementos que venho transcrevendo e que teve a amabilidade de me oferecer as fotografias que serviram para reproduzir neste estudo.

Casou em 1898 em Coimbra na freguesia de Santo Antonio dos Olivaeas, Cellas, com D. Emilia Soares de Albergaria Pessoa, representante da Casa dos Soares da Albergaria de Coimbra e Casa do Buraco no Couto de Cucujães em Oliveira de Azemeis. Esta senhora é filha do Dr. José Pessoa da Silva Pinheiro e de sua mulher D. Maria José Soares de Albergaria Tavares.

Do casamento do Dr. Carlos de Sacadura Botte Pinto Mascarenhas nasceram :

IX — José Arnau Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas que falleceu sem geração em 22 de Abril de 1925, tendo completado com a mais alta classificação o curso de Engenharia em 1921, prestando apreciáveis serviços da sua especialidade nas Camaras Municipais da Louzã e Arganil.

IX — D. Anna de S. José Mascarenhas Castellobranco, que casou na Louzã em 1926 com Pedro Esteves Pinheiro de Azevedo Lobo Pereira de Menezes, Senhor da Casa da Ponte da Veiga, em Louzada, filho do Dr. José Sebastião Cardoso de Menezes Pinheiro de Azevedo e D. Emilia Maria de Castro Falcão Pinto Guedes Corte-Real. Deste casamento nasceu D. Emilia Maria.

IX — Dr. Pedro Soares Pinto de Mascarenhas Castellobranco, advogado e actual Conservador do Registo Predial na Louzã.

IX — D. Maria José Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas.

IX — D. Maria Emilia Soares de Albergaria Pinto Mascarenhas.

§.º 3.º

VIII — D. MARIA LUSITANA DE SACADURA MASCARENHAS DE LEMOS filha de D. Anna Barbara de Sande Sacadura Botte (VII). Casou na Louzã em 1881 com João Gonçalves Viana de Lemos, filho de João Gonçalves de Lemos e de sua mulher D. Eugénia Isidora Viana, de Lisboa.

Deste casamento nasceram :

IX — DR. PEDRO MASCARENHAS DE LEMOS. Formado em Direito. Notário na Louzã. Casou em Fornos d'Algodres em 1913 com D. Eugénia de Abreu Castellobranco, filha dos 2.ºs Condes de Fornos d'Algodres, Dr. Manuel Nicolau de Abreu Castellobranco e D. Maria da Assumpção Correia de Sá. D'este casamento nasceram : Manuel, D. Eugénia Maria, João e José Jeronymo.

IX — D. Maria Luiza Mascarenhas Vianna de Lemos que casou em 1911 na Louzã, com seu primo Dr. Americo Vianna de Lemos, professor assistente na Faculdade de Sciencias, filho de Luiz Gonçalves Vianna de Lemos e de sua mulher D. Maria Joanna de Lemos, de Sernache. Deste casamento nasceram : João Mascarenhas Vianna de Lemos, D. Maria Luiza, Americo, D. Maria da Conceição e Diogo.

IX — João Mascarenhas Vianna de Lemos, administrador da Fabrica de Papel do Penedo que era de seus avós maternos. Casou na Louzã em 1905 com D. Maria da Nazareth de Magalhães Mexia Macedo Pimentel, filha do Morgado do Casal dos Rios, Luiz de Magalhães Mexia Macedo Pimentel de Bulhões e de sua mulher D. Anna de Magalhães. Deste casamento nasceram : D. Maria Lusitana, Luiz de Magalhães Mexia Mascarenhas de Lemos, D. Eugénia Isidora e D. Maria Emilia.

IX — Alexandre Mascarenhas Vianna de Lemos, capitão da Administração Militar, reformado. Casou em 1927 em Lisboa na freguesia da Pena, com D. Maria Theresa Teixeira de Queiroz Pereira, filha de Carlos Maria Pereira, director da Companhia das Aguas de Lisboa e antigo Deputado e de sua mulher D. Cecilia Teixeira de Queiroz.

IX — Julio Mascarenhas Vianna de Lemos, actualmente Juiz de Direito em Porto de Mós. Casou em 1916 em Lisboa na freguesia do Coração de Jesus com D. Maria Luiza Mascarenhas de Mattos Cardoso Bacellar, filha de João de Azevedo Mascarenhas de Mattos, de Borba, e de sua mulher D. Maria Isabel de Dornellas Bacellar, irmã de D. Maria Leonor Bacellar de Dornellas Quaresma, a quem me referi a paginas 304 deste volume quando tratei da carta de braço dada a José Antonio Quaresma. Deste casamento nasceram : D. Anna e D. Maria Lusitana.

IX — José Mascarenhas Vianna de Lemos. Casou em Villa Nova de Gaya em 1917 com D. Josephina de Almeida Pinto, filha de Augusto Maria Pinto e de sua mulher D. Amelia de Almeida Pinto. Deste casamento nasceram : D. Anna, Augusto e D. Maria Lusitana.

IX — Dr. Eugenio Mascarenhas de Lemos. Delegado do Procurador da Republica na Villa de Fronteira. Casou em 1922 na Louzã com D. Maria da Nazaret de Bulhões Magalhães Mexia, filha de Fernando Carlos Pinto de Campos de Magalhães Mexia e de sua mulher D. Maria José de Barros Magalhães Mexia. Deste casamento nasceu Fernando Carlos.

§.º 4.º

VIII — D. MARIA LUIZA DE SACADURA BOTTE PINTO MASCARENHAS. Casou na Louzã em 1878 com seu tio Paterno Fernando Soares Pinto Mascarenhas Castellobranco, Senhor da Casa da Corredura em Sortelha. Deste casamento nasceram dois filhos que morreram sem geração.

Casou esta senhora segunda vez em 1891 na Louzã com seu primo João de Sacadura Botte Corte Real, Senhor da Casa e Morgado de Aguiar da Beira.

Deste casamento nasceram :

IX — Dr. João de Sacadura Botte Corte Real. Secretario da Tutoria da Infancia em Coimbra. Casou em 1908 na freguesia da Sé Nova de Coimbra com D. Maria Albertina Roxanes de Carvalho, filha do Dr. Danton de Carvalho e de sua mulher D. Izabel Maria Leite Ribeiro. Deste casamento nasceram : João, José Maria, e D. Maria da Conceição.

IX — D. Maria Luiza de Sacadura Botte Corte Real. Casou em 1913 na freguesia da Sé Nova de Coimbra com o Dr. Joaquim Ferreira Cabral Teixeira Homem de Barbosa, senhor da Casa de Sequeiros no concelho de Baião, filho do Conselheiro Alexandre Ferreira Cabral Paes do Amaral, Ministro de Estado Honorario e Reitor da Universidade de Coimbra, e de D. Maria Virginia Pereira de Vasconcellos de Sousa e Menezes. Deste casamento nasceram : D. Maria Virginia, Alexandre, Antonio, Joaquim, D. Maria Luiza e João Ferreira Cabral.

IX — José da Costa Pereira Estação Corte Real Sacadura, Tenente de Artilharia em Vizeu. Casou em 1920 na freguesia de Moimenta da Serra com D. Clotilde Lopes Madeira Leitão, filha do Dr. Augusto Herminio Leitão e D. Amelia Lopes da Costa Leitão. Deste casamento nasceram : João, D. Maria Luiza e D. Maria Amelia.

IX — Dr. Nuno Pereira de Sande Sacadura Botte Corte Real, Tenente Medico de Marinha; Casou em 1927 na freguesia de S. Sebastião da Pedreira em Lisboa, com D. Josephina de Wrem da Silveira Vianna, filha do Engenheiro Luiz da Silveira Vianna e de sua mulher D. Josephina Mac-Mahon de Wrem.



JOÃO PINTO DE SOUSA E SILVA

A Carta d'Armas conferida a este fidalgo que transcrevi a paginas 238 d'este volume, foi-me emprestada para publicar, pelo sr. Dr. Francisco de Assis Teixeira de Magalhães (Felgueiras). Por lapso não vem n'aquella altura o seu nome completo.

Antes de transcrever a mesma carta eu disse que já

estava publicado o seu extracto pelo Visconde de Sanches de Baena, mas esqueci-me de dizer que esse extracto foi tão reduzido que lhe omitiram a diferença, como aliaz sucede a quasi todas as transcripções feitas pelo mesmo auctor o que prejudica immenso como é facil de calcular e prejudica tanto que não podem os mesmos extractos ser considerados pelos estudiosos.



FRANCAS

No estudo da Familia Franca que inclui a paginas 41 d'este volume, estão dois brazões com erros, um é o que está a paginas 44, da familia Franchi, Genovesa, que tem por timbre um cavallo e não um unicornio, tendo por tanto a mais, a haste e a barba e tendo tambem os cascos fendidos.

Em heraldica, um unicornio, é um cavallo com os cascos fendidos, com uma haste na testa e com barba de bode.

Este erro no bello desenho do mesmo brazão, foi feito por confusão com o timbre doutra familia Franchi tambem Genovesa cujo brazão está a paginas 48. N'este é que o timbre é um unicornio.

O outro erro consiste em estar a ave que timbra as armas incluídas a paginas 45, bicada e sancada de negro quando o devia estar de vermelho.

O sr. Armando de Mattos, tão conhecido pelos seus estudos sobre Ex Libris, teve a amabilidade de sobre o referido estudo da familia Franca, me chamar a attenção, em sua carta de 27 de Fevereiro de 1928, para o facto de existir uma importante familia Franca em Tanger, da qual ha muitos assentos parochiaes que veem na publicação da Commissão Academica dos Centenarios de Ceuta e Albuquerque, que os srs. Drs. José Maria Rodriguez e Pedro de Azevedo publicaram quando da Commemoração d'aquelles Centenarios.

Refere-se o sr. Armando de Mattos á coincidência de haverem na familia pessoas com o nome de Lançarote da Franca e a outros elementos que poderiam servir de base a um maior estudo.

Reconhecidissimo pelo auxilio que sua Ex.^a me quiz prestar, venho dizer que o nome «Lançarote», foi muito vulgar em varias familias e que no meu referido estudo, lá dou um pouco de Genealogia da referida familia a paginas 46, onde começo exactamente por um Lançarote da Franca e dou esses elementos genealogicos para mostrar onde, mais ou menos documentada, foi a ligação d'esta familia com a familia Pessanha.

Nos variados estudos sobre a acção dos Portuguezes em Marrocos, que inclui na minha obra «Historia e Genealogia», muitas vezes me referi á familia Franca que tão importante papel teve nas historicas Praças de Guerra Portuguezas no Norte de Africa.

A base fundamental da minha argumentação de que a familia Franca nada tem com a familia Franchi Genovesa, é o brazão que os Francas teem uzado.



MARTINS DE DEUS

O estudo que sobre esta familia publiquei a paginas 140 d'este volume, foi tambem publicado no jornal «O Cezimbrense» de 7, 14, 21 e 28 de Novembro de 1926. Sobre o mesmo estudo recebi interessantes elementos que me enviou o Illustre Heraldista do Reino Visinho Senhor Marquez de Ciadoncha, Rei d'Armas Chronista de Sua Magestade o Rei Afonso XIII, os quaes passo a transcrever:

— Martinez — Confirman el escudo de azur con un castillo con el cuervo, los siguientes nobiliarios originales: Biblioteca Alfabetica de apellidos nobles por Francisco Zazo y Rosillo Rey de Armas de Felipe V en 40 tomos original en nuestro archivo, tomo 22 f.º 274.

Nobiliario original del Lic.º Frias de Albornoz f.º 41, quien dice son hijos dalgo, naturales de las Montañas, citando la tradicion de que un doncel de este linaje llamado Martin, conquisto el castillo en Vilches, a quien concedio el Rey Don Enrique por blason.

Otro nobiliario original del mismo Zazo tomo I f.º 93 dice usaron estas mismas armas los de Hueto en Alava con Mayorazgo.

Certificacion de armas a favor de Don Manuel Eugenio de DIOS CANABAL Caballero de la Orden de Carlos III, dada por mi tercer abuelo Don Juan Felix de Rujula y Xlmeno en 1795. Contiene los siguiente datos: Andres de Dios, hijo de Tadeo, historiador famoso y Magistrado de Sena, que florecio en el siglo XII el cual escribio en italiano lo mas memorable de su tiempo. — Juan de Dios, español fue Catedratico en la Universidad de Bolonia de donde fue Canonigo de su Iglesia, a mediados del siglo XIII.

Juan de Dios casada con Eduardo Laubespín, fueron padres de Francisca de Laubespín, de la casa de Chigi, esposa de Claudio de Montjournal, padres de Antonio Montjournal, Señor de San Dré, casado con Luisa Amancé quienes procrearon al Martir Fray Juan de Montjournal, del Habito de Malta, que los 28 años era Teniente de Navio de un Buque del Caballero de Anglure, que murió en un combate contra los Hugonotes, immediato a la Isla de Re en 1623.

Juan Pablo de Dios y Sanchez, natural de Orense en Galicia hijo de Ventura de Dios y de Bernardina Nogueroi, fue caballero notorio de sangre que sirvió a Carlos V en la Coruña. Pedro Nuñez de Haro, Caballero de Santiago, caso con Alberta Gil de Dios, nacida en Limia.

Cristobal Martinez de Dios casado con Maria Ruiz de Noguera, naturales de Baeza, fueron padres de Francisco Martinez de Dios, martirizado en la ciudad de Santa Fe de Indias en 1610, en compañía de Diego de la Puente, natural de Jerez de la Frontera. Agustina Perez de Vargas y Dios, hija de Gonzalo y Maria de

Dios, despues de viuda de D. Cipriano Davalos, que tuvo la encomienda de Tambia en Altagracia de Sutagaos en Indias, entro Beata de Santa Catalina de Sena, falleciendo en opinion de Santa.

Blason en Azur una X de oro sobre ella corona del mismo metal y debajo tres fajas de plata y bordura gules.

Apuntamientos originales genealogicos del Rey de Armas Joaquin Marin dice en el tomo II cuaderno 46 f.º 37 y tomo III f.º 64 «DIOS — En Asturias en oro Agulla rapante de azul.»

Além d'estes documentos colhidos no seu proprio Archivo, ainda o sr. Marquez de Ciadoncha teve a amabilidade de ir colher mais os que se seguem á Bibliotheca Nacional de Madrid.

11.824 f.º 58. Martinez Dios (1): Cert.ºn de Armas de Diego de Urbina (llamado Castilla) á favor de D. Antonio Martinez de Dios, Capitan del Castiello della Villa de Cez (2), vizino della dicha Villa, en el Reino de Portugal, descendientes de los linages de los Martinez y Dioses de Asturias y Oviedo. Le pertenecen las armas y blasones como a hyio de algo y descendiente de los dichos linages como consta de scripturas que apresento, de esta Carta y Certificación firmada de mi nombre y sellada con el sello de mi oficio en Valladolid á 3 de Julio de 165 (debe de ser :605.)

Armas de Martinez: Son muy buenos hixos de algo y muy antiguos, naturales de Asturias de Oviedo: Traen en azul un castiello de oro y al pié del castiello un cuervo de sable.

Armas dellos Dioses: Son muy buenos y antiguos hixos de algo, naturales de las Asturias, de donde han salido á muchas partes de los Reinos de España: Traen un escudo de oro y en él una agulla azul rapante.

Nobiliario llamado Libro Becerro.

Becerro f.º 141. Dios, en Asturias: En oro Agulla rapante de azul.

Nobiliario Universal de Solares nobles por Manuel Antonio Brochero Rey de Armas.

11.898 f.º 11. Deus: De plata con Leon gules rapante y un chief blao con un Pelicano de plata hiriendose los Pechos para alimentar los Poyuelos.

(1) Minuta original do Documento que está reproduzido a paginas 144 e 145 d'este volume.

(2) Deve ser abreviatura de Cezimbra.

Minutario de Julian José Brochero Rey de Armas.

11.409 f.º 334. Dios. De este apellido hay en Tarragona, de la que fué D. Isidro Deu, n.º de dhá Ciudad, casado com D.ª Fran.ª Ferrer, padres de Maria Josefa Deu y Ferrer, que nació en Cádiz donde casó con D. Tomás Herbias n.º del Valle de S.ª Millan de la Cogulla, Prov.ª de la Rioja, b.º en 17 de Dic.º 1728, Administrador pral por S. M. del almacen de Paños; de cuya unión fue hijo Tomas de Herbias y Deu, b.º en la Catedral de Cadiz em 20 Agosto 1765. (1)

El Diccionario Heráldico de la Francia en su tomo 5.º f.º 560, trae la estirpe de Dieu (que es Dios) en la eleccion de Baloinés en la Normandia, de la que fué *Jaques Dios*, que obtuvo em 13 Oct.º de 1665 confirmación de su Nobleza.

En la Andalucia hay familias que tienen el apelativo de Dios, y quieren deducir algunas su origen del Reino de Galicia, aunque otras se persuadem haberle tomado por devocion.

Luis de Dios, Ministro de Leiden y Regente en el Colegio Walon de la misma Ciudad, tenía mucha capacidad y conocimiento de las lenguas orientales, nació en Fleseingua donde su Padre Daniel de Dios, exercia el mismo Ministerio.

Manuel de Dios ó Deos, natural de Aniseyra (2) en Portugal hizo grandes progressos en la Religion de S.ª Franc.ª en el Convento de Baxatojo (3) distante 8 leguas de Lisboa y dejó las obras: El Pecador convertido, y el Deboto en el templo.

Merece memoria el Martir de Cristo Fray D.ª Jorge Dios. Cab.º de Malta, de Nacion Borgones que murió gloriosamente en defensa de su Religion y de la fé Catolica en la Villa de Africa invadida por los Turcos en 1549. Este Santo Martir fué hijo de Jáques de Dios, Varon de S.ª Beurri Momperoux, y de Juana de la Guiche; nieto paterno de Juan Palatin de Dios, Senhor de Beurry y de Maria de Trabes y biznetos por la misma linea de Pedro Palatin de Dios, y de Leonor de Maubec.

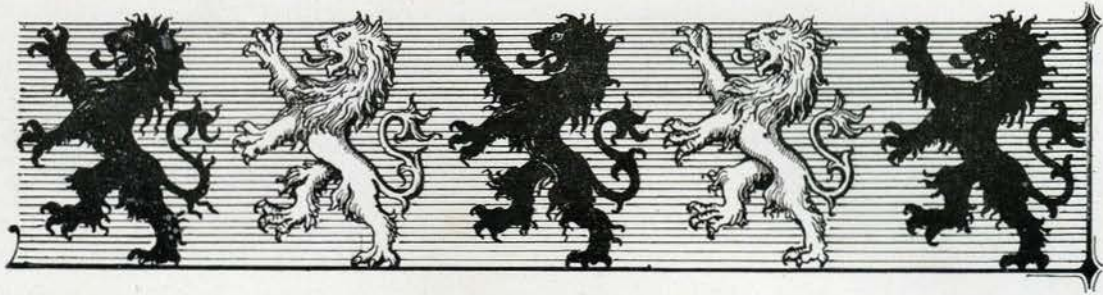
Las armas del apellido de Dios, en Andalucia y Galicia usan: En azul una X de oro y sobre ella una corona del mismo metal. Siendo de advertir que mas corresponde á la estirpe Catalana de *Deu* cuya voz aunque significa Dios, también significa el n.º 10; y así el mas propio Blason de dhá estirpe de Dios se organiza segun Gousancourt al f.º 188 del tomo 1.º Sobre azul 6 fajas de oro y la bordura de rojo; segun las usó el dhó Martir Borgonés Fr. D.ª Jorge de Dios.

(1) Identicas referencias fazem a esta Familia'os «Apontamientos Genealogicos de Miguel Vidal conforme consta do Codice 11.290, l.º 11 existente na Secção de Manuscritos da Bibliotheca Nacional de Madrid.

(2) Deve ser Ericeira.

(3) Deve ser Varatojó proximo a Torres Vedras.





DOCUMENTOS ANTIGOS

O primeiro documento datado relativo á tomada de Lisboa e a mais antiga instituição de Capela que conhecemos

DEVIDO ao favor do Sr. J. Mendes da Cunha Saraiva, incluí um seu precioso trabalho a paginas 207 deste volume, relativo a um documento encontrado pelo mesmo investigador no Archivo Nacional da Torre do Tombo.

A tradução do mesmo documento feita amavelmente pelo illustre Professor Sr. Dr. José Maria Rodrigues, depois da composta para entrar no prelo, não foi revista pelo seu traductor, pelo que sahiu com erros que agora vão ser rectificadoss ainda devido á grande amabilidade do mesmo Ex.^{mo} Senhor :

Em nome do Padre e do Filho e do Espirito Santo. Amen. Eu Raol, presbitero, tendo vindo para o cerco de Lisboa na companhia dos outros Francos, quando a cidade com todo o seu termo ainda se achava em poder dos Sarracenos; sendo o primeiro que desembarquei, longe da cidade e dos que dentro e fora dela moravam; havendo expulso com o meu arco todos os pagãos, — depois de feita oração, erigi uma cruz em um lugar solitário. E habitando ai, desde esse dia, embora me não esquecesse de tomar parte, com os outros companheiros, no ataque quotidiano á cidade, — em louvor de Nosso Senhor Jesus Cristo e com o meu dinheiro e o meu trabalho e suor e não sem a máxima devoção, construí um eremitério e capela, dedicada á Beata Virgem Maria. E no cemitério adjunto foram sepultados

os Ingleses, tanto os que morreram de morte natural, como os que succumbiram ás setas dos Sarracenos.

Tomada, porém, a cidade e removidas todas as imundicies dos pagãos, eu, com o favor de D. Afonso, rei dos Portugueses, e autorizado por D. João, arcebispo de Braga, faço-vos testamento do supradito lugar, com todas suas perenças e posses, em atenção á vossa caridade, a vós, os conegos de Santa Cruz, que viveis no mosteiro de Coimbra, sob a regra de Santo Agostinho. E isto para remédio da minha alma e das almas dos meus parentes e dos que se dizem estar ahi sepultados. Se por acaso alguma pessoa eclesiástica ou secular, ou de qualquer categoria que seja, pretender contestar em algum ponto ou anular este testamento, seja obrigada pela justiça real a pagar ao mosteiro de Santa Cruz o décuplo (do valor) da sobredita egreja; e, se não se arrepender, incorra em anátema e seja privado para sempre da comunhão do Senhor e do consórcio dos fieis cristãos. E isto faço para que tenha vigor perpétuo. E pague cem marcos de prata corrente aos conegos de Santa Cruz. Foi feita esta disposição testamentária no mês de abril da era de 1186.

Eu supramencionado Raol, presbitero, mandei fazer este escrito em presença de testemunhas idoneas, o roboro e faço este signal. Os que foram presentes: Eu Afonso, rei dos Portugueses, conf. Fernando Peres, conf. Rodrigo Paes, alcaide, conf. Mendo Afonso, conf. Eu João, arcebispo de Braga, conf. Eu, João, bispo de Coimbra, conf. Eu, Pedro, bispo do Porto, conf. Eu, Odório, bispo de Viseu, conf. Ea, Mendo, bispo de Lamego, conf. Salvado, subdiácono, notário.





HERALDICA DE CORPORAÇÃO

MISERICORDIAS

Parecer apresentado por Affonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos e approved em sessão de 21 de Novembro de 1928.

FR. Miguel Contreiras, da antiquissima familia Contreiras, da Andalusia, nasceu em Valencia ou Segovia, a 29 de Setembro de 1431 e veio para Portugal em 1481 sendo religioso da Ordem da Santissima Trindade. Foi confessor da benemerita Rainha D. Leonor, mulher do Rei D. João II e dedicou-se a esmolar de porta em porta para poder acudir aos pobres, aos orfãos, aos enfermos, ás viúvas, emfim praticando o bem.

Pediu á Camara Municipal de Lisboa que lhe cedesse umas casas proximo de Santo Antonio da Sé para recolher os doentes e os abandonados, e com um pequeno numero de amigos fundou uma confraria de caridade.

A Rainha D. Leonor vendo o significado de tamanha obra, deu-lhe toda a sua protecção, fundando-se então a Irmandade da Misericordia na Capela de Nossa Senhora da Piedade no claustro da Sé de Lisboa, inaugurando-se em 15 de Agosto de 1498. Esta capela por ser terrea, era de longa data conhecida pela «Capela de Nossa Senhora da terra solta.»

Fr. Miguel Contreiras que conhecia a organização da Misericordia fundada em 1350 em Florença, adaptou os mesmos principios ás circunstancias de Portugal e ordenou um compromisso ou estatuto para regular a Misericordia de Lisboa e todas as outras que por toda a parte do territorio Portuguez se começaram a fundar.

Esse primeiro compromisso foi assinado em primei-

ro lugar por Fr. Miguel Contreiras, depois pelo Rei D. Manuel, pela Rainha D. Isabel, pela Rainha D. Leonor, viúva de D. João II, pela Infanta D. Beatriz, mãe do Rei D. Manuel e pelo arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa.

O Rei D. Manuel I em seguida mandou construir a Igreja da Misericordia na Ribeira Velha, onde hoje é a Igreja da Conceição Velha.

Morreu Fr. Miguel Contreiras em 29 de janeiro de 1505, sendo sepultado na Capela Mór da Igreja do Convento da Santissima Trindade.

A edição mais antiga que se conhece do compromisso das Misericordias é de 1516 e n'elle vem determinado como devia ser o painel da Irmandade, sendo essa determinação alem de escrita, representada em gravura que faz parte da mesma edição.

Um dos lados do painel tinha a Imagem de Christo crucificado e do outro lado a Imagem de Nossa Senhora com o manto levantado por dois anjos, tendo á direita a figura do Papa, d'um Cardeal, dum Bispo e de Frei Miguel Contreiras, todos de joelhos e de mãos postas. Do lado esquerdo a figura do Rei D. Manuel, da Rainha D. Isabel, da Rainha viúva D. Leonor, dois velhos representando os companheiros de Frei Miguel na fundação das Misericordias e figuras dos pobres protegidos pela mesma Instituição, todos tambem de mãos postas.

Os primeiros Irmãos da Irmandade de Lisboa, alem da Familia Real foram João Rodrigues Ronca; Contim do Paço, flamengo morador na Rua Nova; João Rodrigues Cerieiro morador á Porta do Ferro; Gonçalo Fernandes, livreiro e um bordador valenciano morador na Correaria.

Os paineis passaram a sêr feitos em cada Misericordia conforme as aptidões dos artistas que eram en-

carregados da obra o que deu em resultado o não se saber quem representava cada uma das figuras que ali se viam.

O grande reconhecimento pela obra de Frei Miguel Contreiras fez tomar deliberações no sentido de pelo menos o seu retrato ser bem parecido.

Em 12 de Setembro de 1575, o Provedor da Misericórdia de Lisboa, D. Diniz de Lencastre, deliberou que fosse parecido o retrato de Fr. Miguel e no ano seguinte, em 15 de Setembro, por acordam da Irmandade de Lisboa, sendo Provedor Ruy Lourenço de Tavora, depois Vice Rei da Índia, foi deliberado que junto ao retrato de Frei Miguel Contreiras se pozessem as iniciais F. M. I. que desenvolvidas queriam dizer Frei Miguel, Instituidor. Assim, mesmo que o retrato não tivesse parecenças sabia-se qual era a figura que pelo menos queria representar.

Por alvará do Rei Filipe II, de 26 de Abril de 1627, foi ordenado a todas as Misericórdias que se adoptasse o procedimento da Misericórdia de Lisboa, assinalando o retrato de Fr. Miguel com as iniciais referidas.

A reprodução deste painel, vê-se esculpida por cima da porta principal da Igreja da Conceição Velha, antiga porta lateral da Igreja da Misericórdia mandada fazer pelo Rei D. Manuel. (1)

É notavel tambem um quadro com igual representação que existe na Misericórdia de Cezimbra. (2)

Alem deste painel, havia um pendão, conforme ordenava o Capitulo XIII do compromisso, para ir á frente da Misericórdia em todos os actos religiosos, pendão que tinha a imagem de Nossa Senhora da Misericórdia de ambos os lados, suspenso duma haste com uma cruz em cima.

Em 3 de Setembro de 1759, o Rei D. José I mandou publicar o decreto que expulsou de Portugal a Companhia de Jesus, que tinha a sua casa professa instalada desde 1553 em S. Roque de Lisboa, dando a mesma casa á Misericórdia que ali se conserva ainda hoje.

Só em 1768 é que aparece o primeiro selo da Misericórdia de Lisboa que passou a ser repetido por toda a parte e que consiste em dois escudos encimados pela corôa Real.

Um dos escudos tem duas tibias em aspa encimadas por uma caveira e esta encimada por uma cruz alta com raios nos cantos e acompanhada da abreviatura da Misericórdia tendo da direita as letras Mi e da esquerda Za.

O outro escudo representa as armas de Portugal.

A utilização das Armas de Portugal junto a este emblema da Misericórdia, foi evidentemente para copiar o que faziam as ordens Religiosas que juntavam sempre as armas da ordem com as armas da nação em que

estavam estabelecidas, e as duas encimadas pela corôa Real.

Não houve em 1768, com certeza o intuito de juntar as armas Reaes ao escudo com o emblema da Misericórdia, por esta instituição ter sido tão auxiliada na sua fundação pela Rainha D. Leonor e pelo seu irmão o Rei D. Manuel, porque então teria aparecido ou a Esfera Armilar, emblema particular do mesmo Rei, ou o Camaroeiro, emblema particular daquela Rainha.

D. Manuel quando estudante, adoptou como seu emblema o instrumento escolar, «esfera armilar». Depois, o acaso fez com que fosse Rei, e continuou a empregar o mesmo emblema geralmente acompanhando as armas reaes.

A Rainha D. Leonor, viuva de D. João II adoptou o camaroeiro naturalmenie por ter as rendas do pescador para aplicar a obras pias, ou então como geralmente se diz, por ter sido numa rêde que foi deitado o filho quando, por motivo dum desastre, morreu na Ribeira de Santarem.

Sou portanto de opinião que se tivesse havido intenção de recordar a acção de D. Leonor ou de D. Manuel no sêlo das Misericórdias, teriam sido empregados quaesquer destes emblemas e não as armas de Portugal. A razão do emprego da cruz e caveira encimando as tibias em aspa, julgo que foi por alusão á acção da Misericórdia.

As obras da Misericórdia estabelecidas no seu compromisso, dividem-se em duas partes, espirituaes e corporaes. A ultima das sete primeiras diz: rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. A ultima das sete segundas diz: enterrar os mortos.

Hoje que a heraldica está tão desenvolvida e tão aproveitada para significar a historia e a vida dos domínios das familias e das corporações, parece-me que é do maior interesse organizar o Estandarte e o selo que represente as Misericórdias.

Todas as corporações desejam hoje ter a sua bandeira para hastear nas suas sédes e de facto as Misericórdias não tem uma bandeira que satisfaça tal desejo.

O painel antigo com a comemoração da Instituição das Misericórdias, não é adoptavel já por ser de difficil execução, já por não ter sido esse painel creado para hastear num mastro fixo a um edificio. Não é proprio. O painel é sempre uma pintura facil de deteriorar e que figurava em cortejos e nada mais.

O pendão com a imagem de Nossa Senhora da Misericórdia, tambem não serve para hastear ou para figurar em cortejos que não sejam absolutamente religiosos.

O sêlo creado em 1768 tambem não pode ser aproveitado para estandarte já porque tem as armas nationaes que não podem ser usadas senão pelo Estado, já porque não é facil organizar um estandarte com os restantes elementos.

E depois, teremos de concordar que o referido sêlo de 1768 nada diz da historia e da vida das Misericor-

(1) Vem reproduzida a paginas 321 d'este volume.

(2) Vem reproduzida a paginas 322 d'este volume.

dias. Apenas tem um emblema que pode significar quaes os fins da Misericórdia, ou seja a cruz como simbolo da fé para os que vivem sofrendo e as tibias e caveira como simbolo de protecção até na morte, fazendo os enterramentos.

Estudando o assunto heralδικamente, devem figurar na bandeira das Misericórdias, os principaes factos da sua historia e da sua vida.

A cruz e a caveira encimando as tibias, são de facto elementos aproveitaveis para significar a acção das Misericórdias, devendo ali figurar tambem a representação de Fr. Manuel Contreiras, da Rainha D. Leonôr



Sello da Misericórdia de Monchique segundo o respectivo parecer

e do Rei D. Manuel. Já falei nos emblemas desta Rainha e deste Rei, emblemas bem conhecidos, pois bem conhecida foi a monumental acção destes grandes portugueses.

De Frei Miguel Contreiras é que ainda não falei senão referindo-me ás iniciais, para muita gente, até um certo ponto enigmaticas — F. M. I. — que foi deliberado colocar nos paineis ao pé do seu retrato, para que se este se não parecesse, ao menos se podesse saber a intenção que tinha havido ao juntar-lhe o suposto retrato.

Ora Frei Miguel era da antiga Familia dos Contreiras da Andalusia que tem por timbre uma cruz azul em aspa.

Em estudos heralδικicos que tenho feito, sempre que se proporciona a ocasião, digo que só em casos muito excepçoes devem ser aproveitadas armas ou parte de armas de Familia para ordenar armas de dominio ou de corporação, mas neste caso, se não houvesse outros motivos que formassem um conjunto especial para caracterisar as Misericórdias, eu aconselharia que fosse adotada apenas a cruz azul em aspa, pois Frei Miguel Contreiras, o verdadeiro fundadôr das Misericórdias em Portugal, deu bem motivo para que se aproveite pelo menos o timbre das armas que caracterisam a familia de que fez parte, já que se não sabe se adotou algum emblema especial e pessoal.

Há mesmo até uma certa analogia entre uma cruz e a Misericórdia, visto que hoje há a preocupação de

procurar uma cruz de qualquer especie para caracterizar as Instituições de beneficencia, por ser tão conhecida mundialmente a Instituição de Socorros a feridos de Guerra e vitimas de calamidades que se chama «Cruz Vermelha», e que tem este nome e uma cruz vermelha por emblema, numa bandeira branca por ter sido fundada na Suissa onde o emblema nacional é uma cruz branca numa bandeira vermelha. Como homenagem á Suissa, foram invertidas as cores e adoptada esta bandeira para caracterizar as referidas Instituições.

Temos portanto que a cruz azul em aspa passaria a caracterizar as misericórdias, podendo até passar a ser empregada isolada como distinctivo dos uniformes dos seus azilados ou empregados.

Emfim parece-me que seria interessante que as Misericórdias adoptassem uma bandeira onde figurassem os elementos que caracterisam a sua historia e a sua vida.

Cintra, Setembro, 1928.



Misericórdia de Monchique

Parecer apresentado por Afonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos e approved em sessão de 21 de Novembro de 1928.

COM data de 6 de Julho de 1928 recebi uma carta do Snr. J. A. Guerreiro Gascon acompanhada duma prova dum selo da Misericórdia de Monchique, sua terra natal, sobre o qual dizia :

— se está correctamente organizado o selo da Misericórdia de Monchique e, caso não esteja, que alterações lhe deverão ser feitas ; como deve ser constituída a bandeira do hospital da mesma «Misericórdia de Monchique», destinada a ser içada na frente do novo edificio hospitalar. —

O selo referido é constituído por dois escudos sendo o da direita composto pelas tibias cruzadas em aspa, encimadas por uma caveira e esta encimada por uma cruz acompanhada da abreviatura da palavra misericórdia. O escudo da esquerda é o de Portugal.

Estão estes dois escudos encimados pela esfera armilar carregada das armas de Portugal conforme foi adoptada depois da mudança das Instituições.

Há portanto uma duplicidade das armas de Portugal parecendo que houve a intenção de substituir a antiga corôa que as Misericórdias usavam sobre os dois escudos referidos, pelas armas actuais de Portugal.

A armas adoptadas pelo poder central, não podem ser usadas seja porque instituições fôr, são para ser

usadas na Bandeira Nacional e nos selos do Estado e nada mais.

O sêlo que parece, tem sido empregado pela Misericórdia de Monchique, além de ser desarmonico não pode ser transportado para uma bandeira obedecendo a quaesquer regras de heraldica.

Vejamos como me parece que deve ser constituída a Bandeira e o selo de Monchique.

No selo, os dizeres seriam colocados em volta. Ordenada assim a Bandeira da Misericórdia ficaria ali a aspa azul, timbre da familia Contreiras, o camaroeiro emblema da Rainha D. Leonôr; a esfera armilar emblema do Rei D. Manuel; a cruz alta, as tibias e a caveira, emblema que tem sido adoptado pelas Misericórdias.

Indico a côr preta para a Bandeira, por serem as



Bandeira da Misericórdia de Monchique

— *Bandeira preta com uma cruz azul em aspa acompanhada: em chefe por uma cruz alta de ouro com raios de prata, á direita por um camaroeiro de ouro, á esquerda por uma esfera armilar do mesmo metal e em baixo por duas tibias de prata cruzadas em aspa encimadas por uma caveira do mesmo metal. Por debaixo, uma fita branca com os dizeres «Misericórdia de Monchique» a preto. Cordões e borlas de preto e azul. Haste e lança de ouro.*—

Misericórdias tudo quanto há de mais modesto e destituído de galas ou brilho, representando assim o dó e o luto.

Os restantes esmaltes são os mais apropriados ás peças que constituem a composição da mesma Bandeira.

Cintra, Setembro, 1928.

Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve

Parecer apresentado por Afonso de Dornellas á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos e approved em sessão de 21 de Novembro de 1928.

A pedido do Sr. J. A. Guerreiro Gascon, natural de Monchique, estudioso de antiguidades e grande entusiasta pelo desenvolvimento da sua Provincia, que está levando a efeito a organização da Sociedade de estudos e propaganda do Algarve, venho alvitrar a composição de uma bandeira e o selo para uso da nova instituição.

Para melher conhecimento dos fins da mesma Sociedade de estudos, vou transcrever a parte que mais interessa ao caso, d'um artigo publicado pelo mesmo Senhor no «Diário de Noticias» de 7 de Junho do ano corrente de 1928.

— Sr. director do «Diário de Noticias»: — Permitta-me V., sr. director, que utilizando a larga expansão do «Diário de Noticias» e o interesse e carinho que a este jornal estão merecendo as coisas do Algarve, eu venha expôr, apenas nas suas linhas gerais, uma ideia que, uma vez posta em pratica, me parece que poderá vir a prestar á nossa provincia muitos e valiosos serviços.

Trata-se da fundação duma Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve que, constituída por algarvios e dedicados amigos do Algarve, poderá, sem duvida, vir a prestar a esta provincia muitos e valiosos serviços, pois que, tendendo duma maneira geral a tornar devidamente conhecidos e apreciados todos os nossos valores, quaisquer que sejam, qualquer que seja a forma porque se apresentem ou manifestem, teria, entre outros, os fins seguintes: promover o estudo da historia, archeologia, ethnographia, litteratura, poesia, musica, pintura e mais artes algarvias e de tudo que com a mesma se relacione; organizar uma bibliotheca de obras de authores algarvios, comprehendendo a bibliographia do Algarve, publicações de todos os generos, como musicas, folhetos, coleções de jornais, revistas, bilhetes postais illustrados, photographias, desenhos, gravuras, pinturas, etc.; promover a publicação de monographias historicas de todos os concelhos do Algarve, elaborando as bases em que tais estudos devem assentar; prestar aos associados todas as indicações sobre obras de authores algarvios, facultando quanto possível a sua aquisição e venda; prestar aos associados o auxilio necessario para a publicação de suas obras, quer fornecendo-lhes indicações das oficinas graficas ou outras em que tais trabalhos tenham de ser executados, quer pondo-os em contacto com o Archivo Nacional da Torre do Tombo, Associação dos Archeologos Portuguezes e outras instituições ou entidades; promover a reconstituição ou organização dos brazões municipais de todas as villas e cidades do Algarve; organizar o «Album do Algarve» (de que já tratei na imprensa algarvia) e outros trabalhos semelhantes ou tendentes a sistematizar a propaganda do Algarve; editar e publicar quaisquer obras de interesse para o Algarve, como guias ou roteiros de excursões de estudo, turismo, etc.; publicar um boletim mensal do movimento e acção da Sociedade; auxiliar a manutenção e desenvolvimento do Museu Lapidar «Infante D. Henrique»; tomar conhecimento de todos os objectos historicos e pre-historicos que houve ou foram encontrados e, por intermedio das suas delegações concelhias, inquirir do seu paradeiro e caracteristicas e procurar a sua aquisição ou, pelo menos, e quanto possível, impedir a sua destruição ou mutilação; promover inqueritos em todos

os concelhos para a devida catalogação de todos os nossos valores sempre que seja possível: promover concursos ou certames para o embelezamento (ornatações por meio de arvores, plantas e flores) permanente das estações de caminho de ferro e outros lugares publicos.

Esta Sociedade, cuja séde deve ser em Faro, tendo representantes em todas as sédes dos concelhos, com a missão especial de informar a Sociedade de tudo que pudesse interessar-lhe e dissesse respeito a cada concelho e velar pela conservação dos monumentos que em cada um existam, deveria ter a sua vida e organização legalizadas por estatutos devidamente aprovados e, se fór possível até, um caracter oficial.

Os socios deveriam ser obrigados a fornecer gratuitamente á Sociedade, pelo menos, dois exemplares das obras litterarias, scientificas, musicais e outras que publicassem, e, quando se tratasse de pinturas ou outras obras de que houvesse um exemplar unico todas as informações que lhes fossem pedidas acerca das suas caracteristicas, lugares em que se encontrassem, nomes e moradas dos adquirentes, etc.

Um corpo directivo com as secções ou commissões que fossem necessarias, dirigiria a Sociedade, quer na parte administrativa, propriamente, quer nos trabalhos a emprehender ou a executar e, numa



Sello da Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve segundo este parecer

ou duas reuniões plenarias em cada ano, daria contas da sua gerencia e dos trabalhos effectuados e em via de realisação.

As receitas da Sociedade seriam constituídas:

Pelas quotas e joias dos associados, pelos lucros das publicações editadas pela Sociedade e das vendas de livros e outras obras adquiridas para esse fim, em exposições anuais ou em casas apropriadas para essas vendas, de subsidios das Camaras Municipais, etc.

Quanto ao mais, poderia, muito simples e facilmente, regular-se pela organização estatutaria de qualquer associação congenera.

Esta ideia que, a traços largos, aí deixo exposta e que, muito provavelmente, constituirá — devidamente desenvolvida e corrigida — uma these a apresentar ao II Congresso Regional Algarvio, que já se anuncia, parece-me ir ao encontro duma grande necessidade do Algarve, pois, embora ali haja muitos elementos de valor, que porfiadamente se empenham no engrandecimento desta provincia, vê-se, sente-se que esses esforços não-de, em parte, inutilizar-se pela sua dispersão, por falta de unidade, cohesão, pela falta, emfim, dum organismo estavel, permanente, que superiormente tudo oriente e dirija e que, de modo nenhum prejudicará a iniciativa particular e a acção de todos os que pelo Algarve saibam e queiram trabalhar.

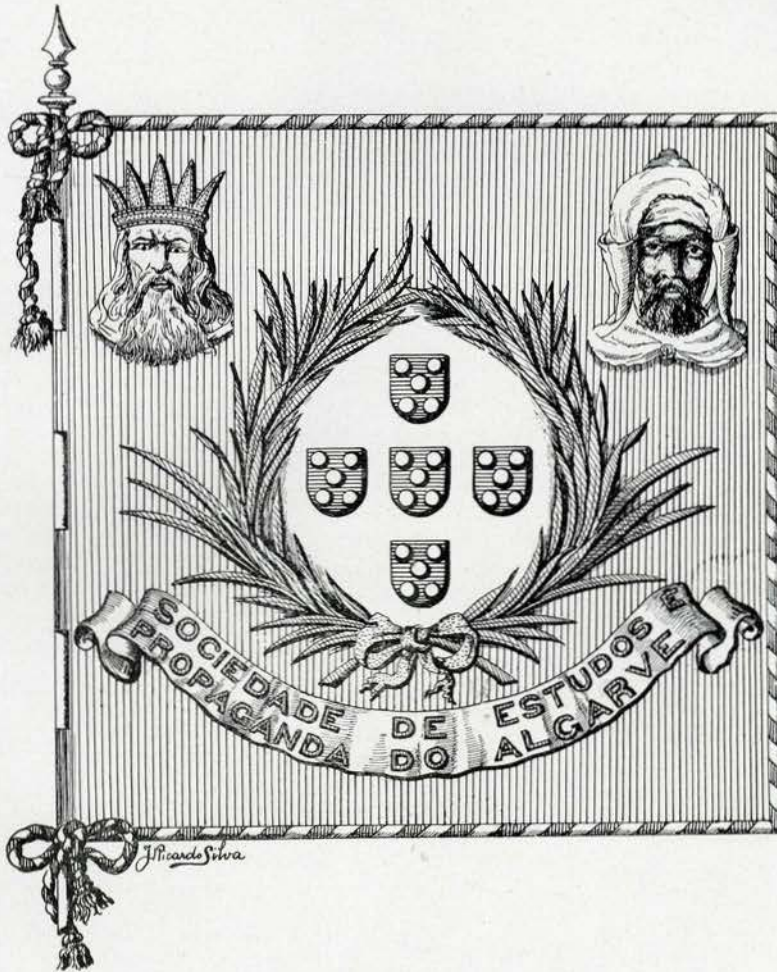
Trata-se pois d'uma Sociedade de estudo, mas, de estudo restricto ao Algarve, o que me parece uma processo genial, pois de ha muito devia existir uma instituição desta indole, de forma a coligir todos os elemen-

tos dispersos, organizando museus, bibliotecas, e até, organizando uma história do Algarve.

Para o estandarte d'esta nova instituição, lembro a velha bandeira do antigo Algarve, tendo ao centro as quinias de Portugal cercadas pelas palmas que caracterizam as sociedades de estudo, figurando ainda na

ção negra, com turbante de prata,—Em baixo, uma fita de prata com os dizeres : «Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve», a vermelho. —

O sêlo, com o mesmo centro, acompanhado lateralmente das cabeças dos Reis Christão e Mouro, terá,



Bandeira da Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve

mesma bandeira as cabeças do Rei Christão e do Rei Mouro que constituem as antigas armas do Algarve.

Temos pois a seguinte organização :

— *Bandeira vermelha tendo ao centro as quinias de Portugal, em campo de prata, cercadas por duas palmas verdes, atadas de ouro no pé e cruzadas em ponta acompanhadas, em chefe, de duas cabeças: uma, de carnação branca, coroada de ouro, a outra, de carna-*

ção negra, com turbante de prata,—Em baixo, uma fita de prata com os dizeres «Sociedade de Estudos», e em baixo, os dizeres «Propaganda de Algarve».

Cintra, Setembro, 1928.



GREMIO DOS AÇORES

Sobre o estudo publicado a paginas 202 deste Volume, foi na Associação dos Archeologos Portugueses recebido um officio em que fôi lançado o seguinte despacho:

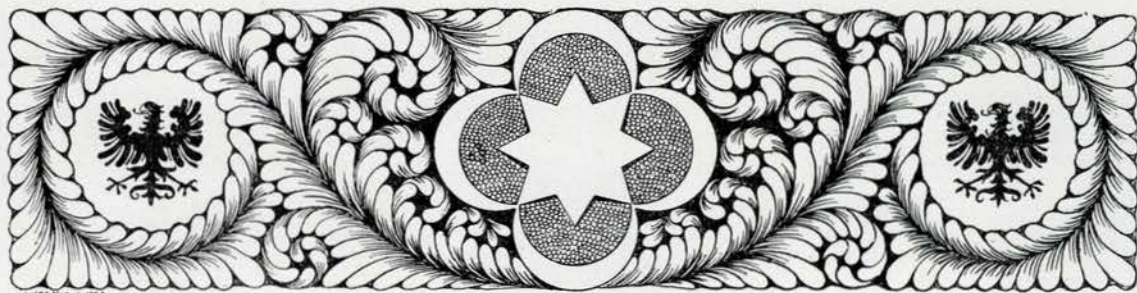
—Para ser comunicado e transmitido á Secção de heraldica e ao seu illustre Presidente. (a) Xavier da Costa. 5-7-928.—

O officio era ridigido nos seguintes termos:

—Gremio dos Açores. Avenida da Liberdade, 100-2.º. Lisboa, 2 de Julho de 1928. Ex.º Sr. Presidente da Direcção da Associação dos Archeologos Portugueses. Em meu nome e pela Direcção do Gremio dos Açores, a que presido, tenho a honra de acusar a recep-

ção da carta de V. Ex.ª enviando-nos o erudito parecer, e respectivos desenhos, do Ex.º Sr. Affonso de Dornellas sobre o emblema e bandeira a adoptar, por este Gremio. Muito gratos pela pronta aquiescencia do nosso pedido, cumpre-nos desde já, agradecer a V. Ex.ª profundamente reconhecidos, o valioso estudo que tão altamente revela a competencia de quem o fez e a utilidade da prestimosa Associação dos Archeologos Portugueses a que V. Ex.ª tão digna e sabiamente preside. A Direcção do Gremio dos Açores, tendo, em sua sessão de 28 de Junho ultimo, acolhido com aplauso o referido parecer vae, nos termos dos nossos estatutos, propor á Assembleia geral a sua approvação. Concordando a Direcção deste Gremio com a conceituosa opinião do Illustre Presidente da Secção de Heraldica Ex.º Sr. Affonso de Dornellas, sobre a conveniencia de se estudar a Heraldica dos Açores, com entusiasmo aguardamos a occasião de assim possuirmos as armas das cidades e vilas Açoreanas com as suas verdadeiras caracteristicas. Temos a honra de nos subscrever. De V. Ex.ªs M.º At.ºs Ven.ªes e Obg.ºs Pela Direcção do Gremio dos Açores. O Presidente (a) Christovam Moniz.





Os Paineis atribuidos a Nuno Gonçalves

ELEMENTOS DE ESTUDO

UM DOCUMENTO FABULOSO

A paginas 82 d'este Volume, quando trato do celebre documento que quer definir a vida, a historia e a razão dos celebres Paineis atribuidos ao pintor Nuno Gonçalves, eu terminei por dizer que estava o mesmo a ser estudado pelo Sr. Dr. Azevedo Neves.

Agora, apesar de se saber que o relatorio d'este Illustre homem de Sciencia está quasi concluido, ainda não sei se de facto o documento em questão é verdadeiro, ou se é falso como sempre o julguei.

O que succedeu de muito desagradavel, foi ter fallecido o sr. Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo, que fazia parte da Comissão para estudo do mesmo documento.

Para a sua vaga na mesma Comissão, foi nomeado o sr. Gualdino Gomes que tambem o substituiu na in-

terinidade da Direcção da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

No *Diario do Governo*, n.º 234 — II serie de 10 de Outubro de 1928, vem publicada a seguinte portaria :

Tendo falecido o Dr. Pedro Augusto de S. Bartholomeu Azevedo que, na qualidade de director interino da Bibliotheca Nacional de Lisboa, havia sido nomeado para fazer parte da Comissão incumbida, por portaria de 8 de Outubro de 1927, de estudar a autenticidade dos documentos encontrados na mesma bibliotheca relativos á identificação das personagens que figuram nos paineis de Nuno Gonçalves : Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Publica, que o actual Director interino da Bibliotheca Nacional de Lisboa, Joaquim Gualdino Gomes, seja nomeado para fazer parte da referida Comissão. Paços do Governo da Republica, 6 de Outubro de 1928. O Ministro da Instrução Publica, *Duarte Pacheco*.

E' de esperar que em breve seja conhecida a opinião do sabio e consciencioso Professor Dr. Azevedo Neves, para se considerar o caso arrumado.

A. D.





LUIZ DE CAMÕES

ICONOGRAPHIA

Retrato de Camões pintado em 1570 por Fernão Gomes

Elementos colligidos por Affonso de Dornellas.

JÁ depois de publicada a paginas 152 d'este volume a comunicação que fiz na Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa sobre o retrato de Camões pintado por Fernão Gomes, foi publicada uma interessante obra da erudita auctoria do sr. Dr. Vergilio Correia «Pintores Portuguezes dos Seculos XV e XVI». Coimbra. Imprensa da Universidade, 1928, que faz referencias ao Pintor Fernão Gomes.

Vejamos esses elementos.

A paginas XXX do Prefacio, diz :

— O segundo ciclo da pintura quinhentista inicia-se com a 2.ª metade do seculo XVI. Os luzeiros da 1.ª fase extinguem-se pouco a pouco, e nova camada domina, com outra educação e outro escopo artistico. Os pensionistas vindos de Italia concorrem poderosamente para o avanço romanista, e se no retrato a influencia tradicionalmente realista da Flandres predomina — neste ciclo conhecemos mais pintores flamengos em Lisboa, por exemplo van der Straten, Lucas de Campos, Jaques de Lerbo — o espirito, a composição e o colorido são italianos. A' nova geração de pintores pertencem entre outros :

Antonio de Aguiar, *examinador* em 1551.

Antonio de Espinosa, *examinador de témpora* em 1551.

André Guerra, *examinador* em 1552.

Cristovam Lopes, *examinador* em 1552, *pintor real*, filho de Gregório Lopes.

Roque Rodrigues, *examinador* em 1552.

Antonio Carneiro, *examinador* em 1555.

Gaspar Dias, 1560-1570.

Belchior Campelo, 1565.

Antonio Luis, *pintor da Cidade*, 1565.

Antonio de Moraes, 1565.

Antonio Fernandes, *tambem iluminador*, 1565.

Antonio Francisco, 1565.

Diogo Teixeira, 1565.

Estevam Pacheco, *escrivão do Officio* em 1556.

Fernão Gomes, *pintor real*, 1578.

Cristovam de Moraes, 1554-1571.

Entre os melhores deste ciclo, ainda pouco estudado, há que distinguir: Cristovam Lopes, filho de Gregorio Lopes, nomeado pintor regio em 1551, que retratou D. João III e D. Catarina; Cristovam de Moraes, outro influenciado por Moro, que retratou D. Sebastião (Sousa Viterbo, *Noticia*, III, pag. 117); Fernão Gomes, pintor real em 1594, que mais de 20 anos antes retratara Camões, como recentemente revelou Afonso Dornellas; Domingos Teixeira que, juntamente com Vanezas, pintou para a igreja da Luz (Gabriel Pereira, *Pelos suburbios e vizinhanças de Lisboa*, Lisboa, 1910, pag. 219 e 224). O dominio espanhol e a extensão clássica não nos trouxeram felicidade. Quando os derradeiros fulgores da lareira flamenga, nas suas ultimas modalidades quinhentistas, se atenuam, a pintura portugueza desaparece. Sanches Coelho, considerado o maior dessa fase, passa a servir a Côte de Madrid. —

Depois, tratando por ordem alphabetica, por apellidos, dos 84 pintores a que se refere, a paginas 42, sobre Fernão Gomes, cita o documento de fiança por Estacio Mathias a que me refiro a paginas 156 d'este volume, e em segunda diz :

— Quanto a Fernão Gomes (1), a sua importancia social e artis-

(1) No texto, a paginas 43, o Dr. Virgilio Correia escreveu Gomes Fernandes, engano que rectifica no fim do livro na pagina das Erratas.

tica fôra já posta em relevo. Viterbo em a *Notícia de alguns Pintores*, I, págs. 82 e 83 publicou as suas cartas de nomeação para pintor real de Felipe I (13 de Maio de 1594) e para pintor dos mestrados (16 de Agosto de 1601). Fernão Gomes substituiu Cristovam Lopes, que se seguiu ao pai, Gregório Lopes, e como pintor real. Walkmar Machado, Taborda, o Cardeal Saraiva, e Raczyński na peugada deles, aproveitando comunicações de Jeromenha, falaram deste pintor real, que segundo Cyrilo fazia parte da Meza da Confraria de S. Lucas no ano de 1602. Felix da Costa, citado por Wolkmar Machado, considerava-o «discipulo de Blockland, pintor hábil e ousado e excelente desenhador». A sua importancia para a historia da arte portugueza subiu de ponto recentemente, desde que Afonso Dornelas descobriu uma copia do retrato de Luis de Camões, pintado por 1570 e assinado por Fernão Gomes com uma assinatura absolutamente identica á que se encontra na escritura atrás mencionada. Tambem no Museu de Arte Antiga existe um desenho de Fernão Gomes, firmado e datado de 1599. —

Ainda mais elementos aqui venho juntar sobre o pintor Fernão Gomes.

Quando na Academia das Sciencias apresentei o retrato de Camões referido, o Illustre Socio Effectivo sr. Dr. Antonio Baião, disse-me que tinha encontrado umas referencias muito curiosas sobre Fernão Gomes. Combinei ir dias depois á Torre do Tombo, onde sua Ex.^a com tanto brilho desempenha o alto cargo de Director, mas infelizmente não estava. Sabendo porém o sr. Dr. Antonio Baião que eu allí tinha ido, escreveu-me immediatamente a seguinte carta :

— Ex.^{mo} Amigo. Sinto muito que me tivesse procurado de balde na Torre do Tombo. No proprio dia 10 recebi a folha 10 de «Homenagem a Camilo no seu centenário», da qual recorto e lhe remeto inclusa a pagina 145 onde falo no glorioso pintor de Camões. Foi elle tambem que pintou — facto desconhecido até agora — o Capitulo do Convento da Anunciada e nele o retrato da «Freira que fazia Chagas». O depoimento apresenta tambem a novidade da sua idade e naturalidade, agora ainda mais interessante após a sua notavel descoberta. Se o meu presado consocio, precisar de mais algum esclarecimento dar-lho-hei com todo o gosto, pois continuo ás suas ordens nesta casa e sou de V. Ex.^a Am.^o e consocio grato. 14 Agosto. (a) Antonio Baião.

Como se vê por esta amabilissima carta, importantes elementos encontrou o grande investigador que é o sr. Dr. Antonio Baião.

Vejamos pois as suas descobertas sobre o referido pintor.

Em 1925 publicou o Illustre Director da Torre do Tombo um livro assim intitulado :

- Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925) I. O sangue israelita de Camilo.
- II. Herculano e Camilo. — III. O Romance de Camilo «A Freira que fazia Chagas» e o respectivo processo inquisitorial. Coimbra. Imprensa da Universidade. 1925. —

E' no Capitulo III d'esta interessante obra, que veem os elementos que n'este momento nos interessam. A Freira que fazia chagas, era Soror Maria da Visitação que em 1588 existia no Mosteiro da Anunciada em

Lisboa e que de momento foi conhecida pela freira Santa.

Era Soror Maria da Visitação filha de D. Francisco Lobo e de D. Joana de Noronha, pelo que era neta paterna do 2.^o Barão d'Alvito, e materna do 2.^o Conde d'Abrantes.

Soror Maria da Visitação entrou para o Mosteiro de dez para doze annos, professou aos dezasete e em 1548 foi eleita priorisa tendo 31 annos de idade, sendo reconduzida n'este cargo em 1588.

Appareceu com chagas nos pés, nas mãos nas costas e na cabeça.

Pareceu isto historia a alguns incredulos e o Santo Officio tomou conta do caso.

Depois de varias inquirições descobriu-se que Soror Maria da Visitação pintava as chagas com tinta vermelha e sobre essa pintura collocava um pingo de tinta negra para imitar um cravo.

Entre os muitos depoimentos que foram feitos, apparece o da Soror Antonia da Cruz de 60 annos e 31 de religião que disse desconfiou da Priorisa por a ter visto fallar *manso* com um Fernão Gomes, pintor, a quem perguntou se a tinta misturada com verniz se podia tirar com agua e elle lhe respondeu negativamente.

Como o Capitulo do Convento tinha sido recentemente pintado, o Santo Officio resolveu ouvir os artistas que allí trabalhavam e assim foi chamado o illuminador Domingos Monteiro e o pintor Fernão Gomes.

Vejamos pois como o sr. Dr. Antonio Baião nos dá conta do que disse Fernão Gomes :

— No mesmo dia (7 de Outubro de 1588) depoz Fernão Gomes, pintor, de 40 anos, natural de Albuquerque, em Castella, ha 15 annos em Lisboa, e foi quem pintou o Capitulo do Mosteiro. Declarou que a priorisa lhe pediu tinta vermelha para pintar as chagas numa cruz ; tambem lhe pediu *mordente*. Acredita nas chagas, pois *um pintor bem destro na arte não poderá com o dedo fazer as chagas tão perfeitas como a madre priorisa as tem e com aqueles ângulos tão bem feitos.* ; Até os proprios artistas, senhores do *metier*, se enganavam e iludiam ! Indicou tambem a forma de se tirar a pintura das mãos.

O depoimento apresenta novidades biograficas dêste artista, a quem Felipe I nomeou pintor real, por morte de Cristovão Lopes e em 1601 foi escolhido para pintor dos mestrados, como se vê dos documentos publicados por Sousa Viterbo, *Notícia de alguns pintores portuguezes*, I, pag. 82. Taborda, a pag. 174 das *Regras da Arte da Pintura*, chama-lhe Fernão Gomes 2.^o para o distinguir de outro que florescia no reinado de D. Manuel I. Ao nosso se refere Machado nas suas *memorias*, pag. 68, mas nenhum fala na pintura do Capitulo da Anunciada. —

Como se vê, onde muitas vezes menos se espera, é que apparecem as novidades. Quem havia de dizer que tão interessantes dados biographicos de Fernão Gomes, estavam n'um processo do Santo Officio referente a uma freira que pintava chagas.

No depoimento de Soror Maria da Visitação, consta ter dito que nas pinturas que fazia imitando chagas, não tinha cumplices. Perguntada sobre a origem das tintas, respondeu que as havia no mosteiro para pintar regis-

tos e que Fernão Gomes lhe deu algumas, sem saber qual o fim a que as destinava.

Fernão Gomes pintou o retrato da mesma Freira, retrato que devia ter sido destruído conforme se deprehe de da sentença do Santo Officio, onde largamente se descreve o castigo que teria de soffrer, pois alli se diz:

—... e assim mandamos que um retrato da dita Maria da Visitação em que está pintada com as chagas no Capitulo do dito Mosteiro da Anunciada se tire e apague de maneira que pareça que nunca ali esteve e que o mesmo se faça em todas as partes onde estiver o seu retrato com as chagas... —

Transcrevendo estes curiosos periodos do bello trabalho do sr. Dr. Antonio Baião, eu espero da muita amizade de sua Ex.^a que me perdoe tal abuso.

Assim, deixo aqui juntos mais estes elementos para a biographia do pintor do unico retrato directo que se conhece do grande Poeta.



O retrato de Camões feito em Goa 1581

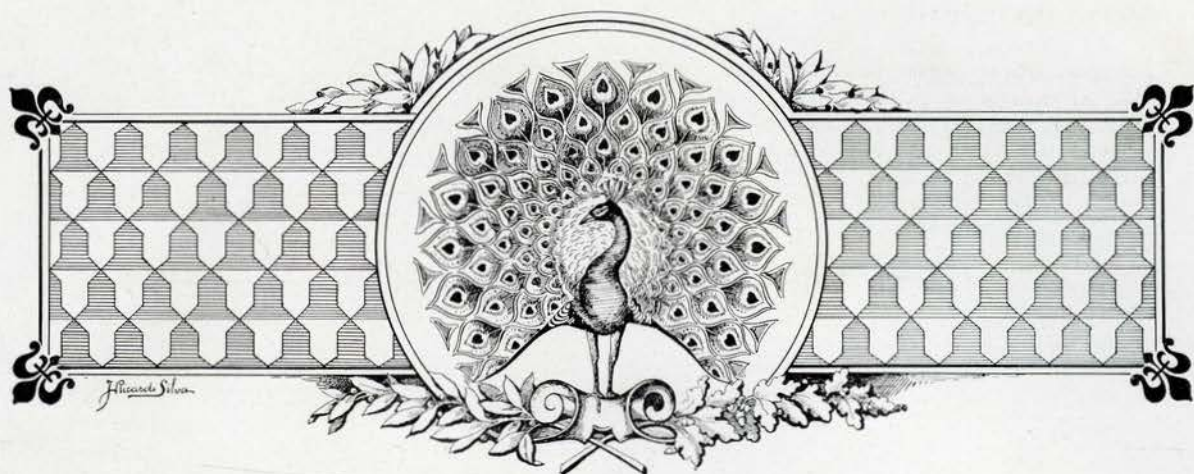
NA sessão da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa, effectuada em 12 de Julho do corrente anno de 1828, o sr. Dr. Luiz da Cunha Gonçalves fez uma interessantissima comunicação sobre a pintura japoneza desde o seculo IX até ao XIX como resposta aquella referencia que o sr. Dr. José de Figueiredo fez na sessão de 14 de Junho anterior e que eu transcrevi a paginas 228 d'este volume e ainda em resposta ao final da *Nota Iconographica*, que o mesmo sr. Dr. José de Figueiredo incluiu na nova edição dos *Luziadas* que ha pouco sahio da Imprensa Nacional.

Poderia eu ter incluído um extracto da abalizada opinião do sr. Dr. Cunha Gonçalves, nos elementos que sobre a iconographia de Camões publiquei a paginas 210 d'este volume, mas como a parte d'este volume publicada sob o n.º VII referente a Julho de 1928 foi impressa estando eu fóra de Portugal, só tive conhecimento do trabalho do mesmo senhor quando regressei em 25 do referido mez. Em 12, quando foi feita a comunicação, estava eu a caminho de Florença para Roma.

Disse-me o sr. Dr. Cunha Gonçalves que tenciona publicar a sua comunicação e então se verá o seu erudito e convincente estudo.

A. D.





As tapeçarias de D. Affonso V

O panno da ocupação de Tanger

LEOPOLDO Batistini, italiano de nascença, mas português na sua vasta e admiravel obra, juntamente com Viriato Silva, outro artista apaixonado, teem restaurado com grande brilho, a antiga ceramica portugueza, dando-lhe todo o caracter no aspecto, na decoração e até na forma de fazer, respeitando os processos primitivos.

Gerentes artisticos da Fabrica Constancia com séde na Rua de S. Domingos á Lapa n.º 8 em Lisboa, teem apresentado admiraveis trabalhos nas suas exposições anuaes que levam a effeito no Edificio Historico do Carmo, séde da Associação dos Archeologos Portuguezes, instituição scientifica de que os mesmos Artistas fazem parte como socios effectivos.

Na exposição d'este anno, 1928, causou a Fabrica Constancia verdadeiro espanto aos apreciadores e admiradores de azulejos, pela apresentação d'um quadro medindo 39 azulejos de comprimento por 18 azulejos de alto, ou sejam 702 de area, onde está primorosamente representado o panno da ocupação de Tanger, actualmente existente em Pastrana e que tem sido motivo de varios estudos como desenvolvidamente se descreve a paginas 18 e 107 do presente volume.

Primeiro que me refira mais detalhadamente a este monumental quadro de azulejos, vou dizer alguma coisa da historia da fabrica onde foi feito.

Fundada em 1836 onde se encontra ainda hoje, na antiga cerca do Convento de Nossa Senhora dos Remedios, conhecido vulgarmente pelo Convento dos Marianos, teve como primeiro gerente, Ignacio Augusto da Silva Lisboa até 1842, mudando n'essa ocasião o nome que tinha de «Companhia Fabril de Louça» para «Companhia Constancia». De 1881 a 1884 pertenceu á firma Sequeira & Freire, passando para a posse do primeiro d'estes socios, Miguel José Sequeira, que a manteve até 1896.

Até 1906 esteve sob a direcção artistica do pintor José Antonio Jorge Pinto.

Aqui trabalhou Wenceslau Cifka, austriaco natural de Praga, que veiu para Portugal com o Duque de Saxe-coburgo-Gotha, D. Fernando, depois Rei II do nome pelo seu casamento com Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria II.

O quadro de azulejo reproduzindo a Tapeçaria da ocupação de Tanger, sahiu portanto d'uma fabrica com tradições muito apreciaveis e que hoje pertence á firma «Fabrica Ceramica Constancia Limitada» composta pelos Srs. Leopoldo Batistini, Viriato Silva e Francesco Stella.

Para se conhecerem mais elementos da historia da mesma fabrica, deve ler-se o que diz o fallecido archeologo José Queiroz na sua notavel obra «Ceramica Portugueza». Lisboa, 1907, a paginas 85.

Leopoldo Batistini, como artista consciencioso que é, não quiz começar a pintar os azulejos sem ir a Pastrana, ver bem o tom do colorido, reproduzindo peda-

ços para melhor elucidação, e para ver bem o aspecto geral da tapeçaria para tanto quanto possível, dar na obra que ia empregar, a impressão exacta do tecido.

Com estes elementos que alli foi colher e com todos os que eu possuia colhidos das vezes que alli fui, produziu Leopoldo Batistini a preciosa obra que aqui reproduzo.

Trabalharam no mesmo quadro Leopoldo Batistini que pintou as figuras e a fortaleza; Viriato Silva que pintou as flores e os fundos e João Rosa Rodrigues que pintou o mar e muitos detalhes.

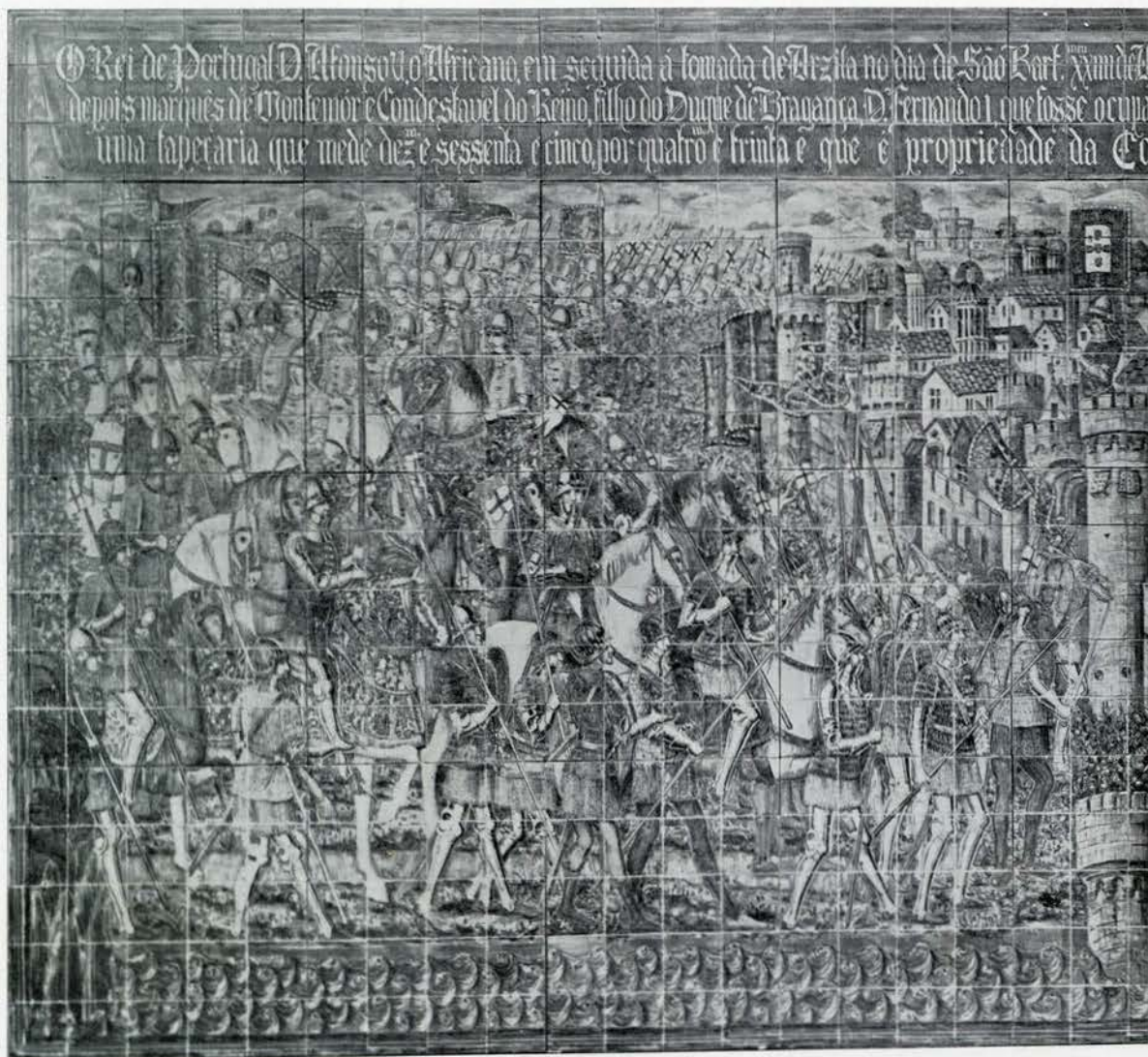
Ao lado direito do observador em baixo, estão as marcas d'estes artistas e por gentileza dos mesmos as

minhas iniciaes, como reconhecimento por ter fornecido os elementos que possuia para tão interessante obra.



Leopoldo Batistini — Viriato Silva — João Rosa Rodrigues — Affonso de Dornellas

Detalhadamente descrevi o que consegui saber sobre o mesmo panno, a paginas 128 d este volume, de-



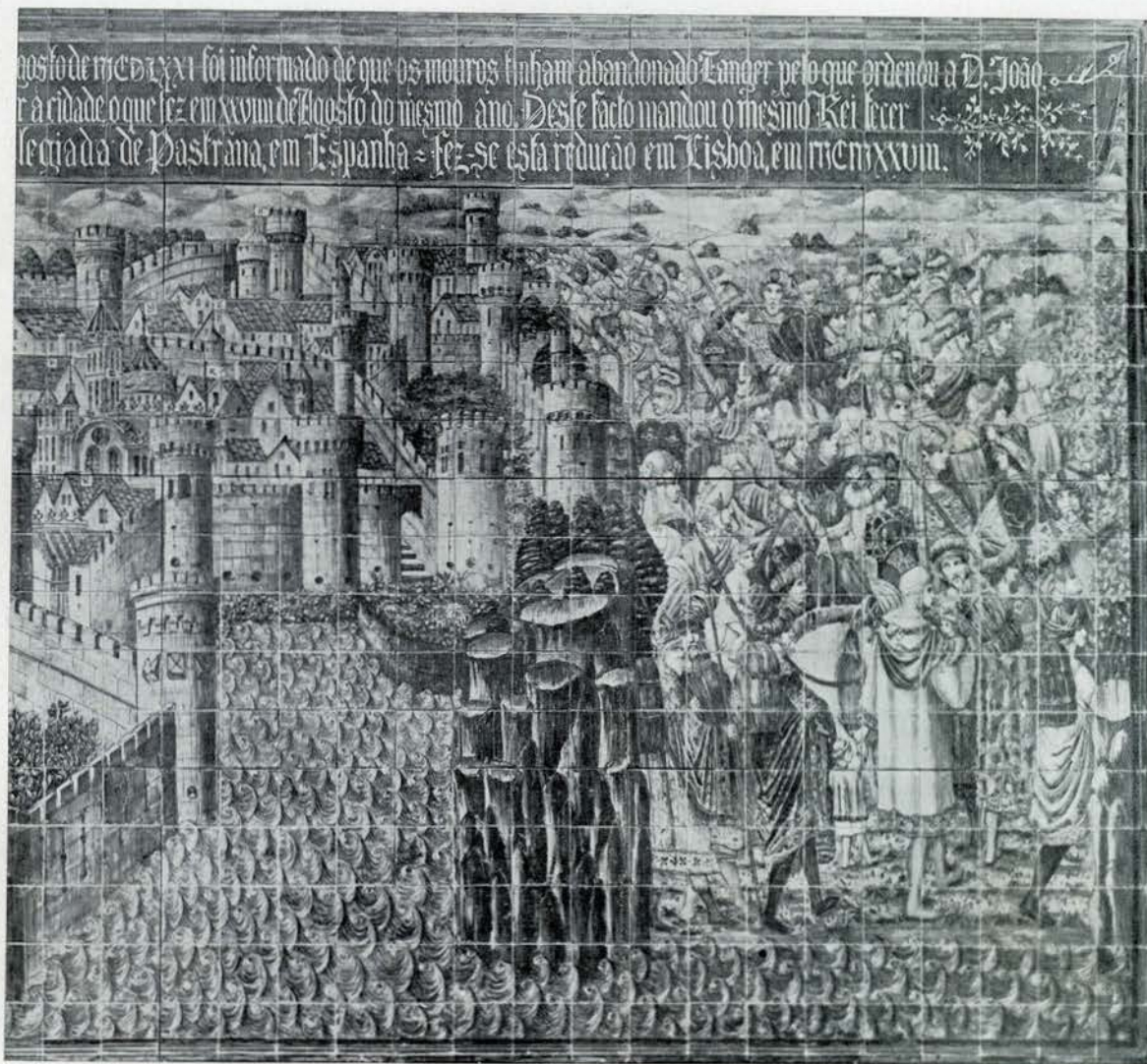
Reprodução da Tapeçaria representando a ocupação de

monstrando como tinha sido eu que o classifiquei como representando um facto historico da vida de D. Affonso V, errando na interpretação que lhe dei, dizendo que se tratava da entrega dos ossos do Infante Santo D. Fernando, e aceitando como boa e indiscutível a interpretação do sr. Dr. Reinaldo dos Santos que disse ser a representação da ocupação de Tanger.

Nos estudos feitos directamente ás Tapeçarias existentes em Pastrana pelos srs. Drs. José de Figueiredo e Reinaldo dos Santos, tinha este panno passado despercebido o que não é para admirar, não só pelo estado em que se encontrava, como ainda por estar dividido em dois e suspenso a bastante altura n'uma casa quasi

sem luz. Suas Ex.^{as} nem o viram pois na erudita obra do sr. Dr. Reinaldo dos Santos «As Tapeçarias da tomada de Arzila», 1925, a paginas 18, claramente se diz que na Colegiada de Pastrana existem tres series: a de Arzila que motivou a apreciavel obra do sr. Dr. Reinaldo dos Santos e que se compõe dos tres pannos de Arzila, uma serie de dois pannos que eu classifiquei como representando o cerco e entrada em Alcacer Ceguer e uma serie de oito pannos com assumptos que nada tem com a historia de Portugal. Não é portanto citado o panno que mais tarde o sr. Dr. Reinaldo dos Santos classificou de representar a «Ocupação de Tanger».

Para que não houvesse duvida na representação do



Tanger, feita em 1928 na Fabrica Constanca em Lisboa

quadro de azulejo em questão, quando um dia fosse visto por quem o não conhecesse, propuz a Leopoldo Batistini que se lhe collocasse uma legenda explicativa e na qual se verificasse bem que era posta agora não tendo portanto a pretensão de imitar a legenda que primitivamente teve e se perdeu.

Aproveitando o aspecto das legendas que ainda existem nos pannos da tapeçaria de Arzila, dei a Leopoldo Batistini os elementos historicos e indispensaveis para boa comprehensão do quadro e que este artista dispoz assim :

— *O Rei de Portugal D. Afonso V, o Africano, em seguida á tomada de Arzila no dia de São Bartholomeu, 24 de Agosto de 1571 foi informado de que os mouros tinham abandonado Tanger pelo que ordenou a D. João/ depois Marquês de Montemor e Condestavel do Reino, filho do Duque de Bragança D. Fernando I, que fosse ocupar a cidade o que fez em 29 de Agosto do mesmo ano. Deste facto mandou o mesmo Rei tecer/uma tapeçaria que mede dez metros e sessenta e cinco por quatro metros e trinta e que é propriedade da Colegiada, de Pastrana, em Espanha. Fez-se esta redução em Lisboa em 1928.*

Deste quadro de azulejos teem sido tiradas varias reproduções photographicas, sendo esta que aqui incluo obra

do illustre amator sr. Mario Catharino Cardoso, que propositadamente fez um cliché para aqui ser reproduzido.

No numero 27 da bellissima «Illustração Moderna», referente a Novembro passado, vem impresso a azul a paginas 206 e 207, uma reproducção do mesmo quadro de azulejos, feita por um cliché d'outro amator illustre o sr. Antonio José Martins, distincto official da Armada.

Pena é que as informações que acompanham esta bella reproducção venham tão erradas.

Apezar da legenda do proprio quadro dizer que é a «Ocupação de Tanger», tem por baixo a indicação de que é «A Tomada de Arzila».

Da noticia que acompanha a mesma gravura tambem ha uns pequenos reparos a fazer, como seja o attribuir-se a descoberta d'esta tapeçaria em Pastrana aos srs. Dr. José de Figueiredo e Dr. Reinaldo dos Santos, o que suas Ex.^{as} nunca disseram, antes pelo contrario, como acima descremino, pois apenas classificaram os tres pannos de Arzila. Tambem há erros na transcripção da legenda que encima o quadro de azulejos.

São isto enganos devidos a informação errada de que não tem a menor culpa o patriótico e illustre Director da «Illustração Moderna» sr. Marques Abreu, que está descobrindo os principaes monumentos de civilisações passadas e que apezar de terem muitos seculos de idade, são na sua maioria ineditos.

A. D.



Elucidario Nobiliarchico

O PRIMEIRO VOLUME

UITO reconhecido para com todas as pessoas que collaboraram n'este primeiro Volume do «Elucidario Nobiliarchico», venho juntar aqui os illustres nomes não só dos auctores de preciosos trabalhos, produto dos seus estudos, como dos que se esmeraram em fazer os desenhos para os illustrar. Aos auctores dos referidos trabalhos que felizmente vivem :

ALBINO LAPA,
CONDE DE SÃO PAYO (D. ANTONIO),
JOSÉ MENDES DA CUNHA SARAIVA,
LUCIANO JOSÉ OLIVEIRA RIBEIRO

E
LUIZ KEIL,

eu manifesto assim o meu grande agradecimento. Aos já fallecidos e de quem aproveitei estudos que aqui incluí, como preito de homenagem eu cito também os seus grandes nomes :

JOÃO BRAZ D'OLIVEIRA

E

FREI MANUEL DE SÁ.

Aos admiraveis desenhadores que com tanta vantagem souberam interpretar os meus planos :

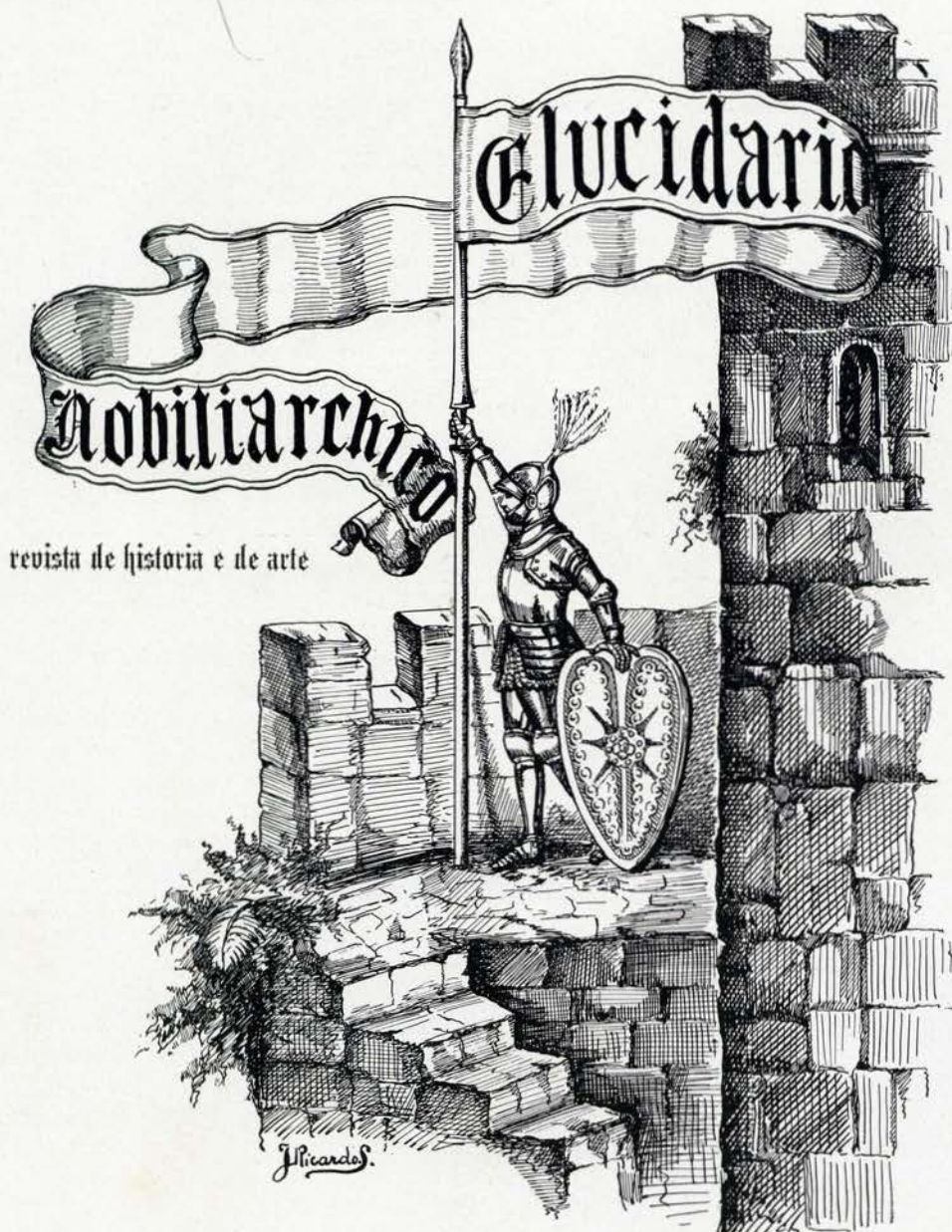
ANTONIO LIMA

E

JOÃO RICARDO DA SILVA,



eu lhes agradeço com todo o meu entusiasmo. E igualmente muito reconhecido agradeço a todas as outras pessoas, e que tantas foram, que por varios meios auxiliaram a minha ideia de dar vida a uma revista d'esta natureza.



Gravura que foi reproduzida nas capas dos 12 fasciculos em que este volume foi distribuido

Quando, depois de muitos projectos, lancei a revista de Historia e de Arte «Elucidario Nobiliarchico», immediatamente me comprometti com a minha vontade, a não suspender esta publicação succedesse o que succedesse, sem, pelo menos, completar um volume.

Levei portanto ao fim o meu plano, sabe Deus com que inumeras dificuldades, que em

grande parte foram amenizadas pela casa depositaria — J. Rodrigues & C.^a — 186, Rua do Ouro, 188-Lisboa — que fez comigo um contracto obrigando-se a adquirir todos os mezes a prompto pagamento, 470 exemplares dos 500 que constituem a edição d'esta revista. E' grande o meu reconhecimento por tamanho auxilio.

Infelizmente, pouco mais de metade d'este numero foi vendido, estando portanto a casa depositaria com um importante capital immobilizado.

Além de não ser negocio para uma livraria, por ser uma edição pequena, ainda foi um mau negocio por não ter colocação immediata.

A estas e a muitas outras circumstancias está sujeito quem se aventura na nossa terra a querer trabalhar, mesmo que seja com grandes prejuizos monetarios, como succedeu agora.

O papel, os desenhos, as photographias, as matrizes, a impressão, emfim as inumeras coisas que foram necessarias para completar uma edição de quinhentos exemplares d'um volume de 400 paginas, importaram em mais de setenta contos.

Em todo o caso, conforme o programma estabelecido, o primeiro volume completou-se, tendo sido todos os mezes distribuido o numero respectivo, graças á boa vontade de todos que trabalharam para esse fim, e que foram não só os Gerentes do Centro Typographico Colonial — L. d'Abegoaria, 27 — como o seu Chefe de officina, Compositores e Impressores, a quem reconhecidamente agradeço.

Tambem por vezes tive de me socorrer da boa vontade da Photographia Vasques para a confecção de photographias e das casas Bertrand (Irmãos) L.^{da} e A Illustradora, L.^{da} para a confecção das photogravuras.

Emfim foi um conjuncto de esforços que me auxiliaram.

Vamos a ver agora se haverá possibilidade de iniciar a publicação de um 2.^o volume.

*
* * *

Este primeiro volume foi distribuido em fasciculos mensaes, envolvidos n'uma capa de papel forte cinzento, tendo em cima a indicação de «primeiro volume», o mez e o anno e o numero do fasciculo com referencia ao mez. Em baixo, o summario de cada fasciculo e a indicação da sêde do depositario. Ao centro um desenho que acompanha esta noticia.

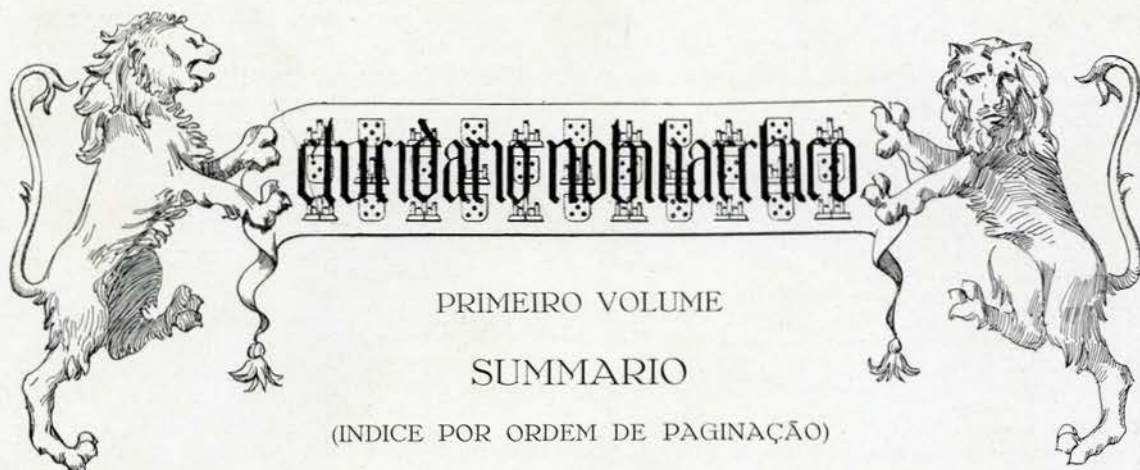
Na parte de traz da capa referida, levaram todos os numeros os seguintes dizeres:

— Elucidario Nobiliarchico — revista de Historia e de Arte — Espera a direcção d'esta revista poder effectuar a sua publicação mensalmente em fasciculos com 32 paginas pelo menos. Espera a mesma direcção que lhe sejam enviados todos os elementos que sejam conhecidos dos illustres leitores, para assim se poderem resolver assumptos de interesse historico, artistico e heraldico de que a mesma revista se propõe tratar. —

De facto muitas pessoas me enviaram optimos elementos, uns já publicados e outros que serão dados a conhecer em ocasião oportuna. Ainda o meu reconhecimento por tanta amabilidade.

Lisboa, Dezembro de 1928.

Raffaello de Bruellas



<i>Proposição</i> — Afonso de Dornellas	5	<i>Heraldica de Familia</i> — A. D.	
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.	7	Martins de Deus	142
Portugal	8	<i>Luiz de Camões</i> — Elementos de Estudo — A. D.	
Silves	11	Retrato de Camões pintado em 1570 por Fernão Gomes	152
Belmonte	15	O original dos Lusíadas	158
<i>As Tapeçarias do Rei D. Affonso V</i> — <i>Tentativa de Reconstituição</i> — A. D.	18	O notavel documento referente ao original dos Lusíadas	162
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.	
Penafiel	23	Aveiro	165
Mealhada	38	Sandomil	161
<i>Heraldica de Familia</i> — A. D.	40	<i>Heraldica de Familia</i> — <i>Cartas d'Armas</i> — A. D.	
Franças (Elementos para a Historia das Canarias)	40	Aos possuidores de cartas illuminadas	182
<i>Cartas d'Armas</i> — A. D.	49	Diogo Pereira de Sampaio	182
Francisco da Silva de Noronha	49	Clemente Correia	183
<i>Arvores Genealogicas do III Conde da Feira e dos seus principaes parentes</i> — Preciosa illuminura de Antonio da Hollanda — A. D.	52	Pedro de Rebello Furtado	184
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		Heitor Mendes Rebello	186
Villa Real de Traz os Montes	69	Manuel de Sousa Soares	186
Luso	73	<i>Heraldica de Corporação</i> — A. D.	
<i>A Beata Beatriz da Silva</i> — Subsídios iconographicos — Conde de São Payo (D. Antonio)	77	Bombeiros	188
<i>Os Painéis attribuidos a Nuno Gonçalves</i> — Elementos de Estudo.		Bombeiros Voluntarios do Bombarral	189
A primeira reproducção photographica dos Painéis — A. D.	81	Associações Comerciaes	191
Retrato do Infante D. Henrique — A. D.	81	Associação Commercial do Bombarral	191
Um documento Fabuloso — A. D.	82	<i>Albert Dürer</i> — A. D.	
Bibliographia — Elementos colligidos por Albino Lapa até Fevereiro de 1928	87	O grande pintor e a historia da Malaria	193
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		Armas talantes da familia Dürer	194
Santarem	101	<i>Bibliographia de Historia e de Arte</i> — Luciano Ribeiro	196
Caria Beira-Baixa	104	<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.	
<i>As Tapeçarias do Rei D. Affonso V</i> — Elementos para a sua restauração — A. D.		Portimão	197
Missão official de Estudo a Pastrana	107	Castro Marim	201
Relato feito em Hespanha da Missão de Estudo a Pastrana	108	<i>Heraldica de Corporação</i> — A. D.	
Relato feito em Portugal da Missão de Estudo a Pastrana	112	Gremio dos Açores	203
Discussão sobre o arranjo provisório feito nas Tapeçarias	118	<i>Documentos Antigos</i> — O primeiro documento datado relativo á tomada de Lisboa e a mais antiga instituição de Capella que conhecemos — J. Mendes da Cunha Saraiva	207
A Tapeçaria da occupação de Tanger	128	<i>Luiz de Camões</i> — Elementos de Estudo — A. D.	
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		Iconographia	209
Setubal	133	O retrato de Camões feito em Goa em 1581	209
Cezimbra	136	A data da morte do poeta	216
		Referencias á descoberta do retrato de Goa	218
		<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.	
		Palmella	229
		Alcanede	233
		<i>Heraldica de Familia</i> — <i>Cartas d'Armas</i> — A. D.	
		Heitor Mendes Rebello	235
		Miguel Coelho de Mello	236

Antonio Roiz Gondim	237	<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.	
João Pinto de Sousa e Silva	238	Azambuja	357
Manuel Freire	240	Villa Franca de Xira	361
<i>Heraldica de Corporação</i> — A. D.		Silves	366
Comissariado da Exposição Portuguesa em Sevilha	241	Belmonte	367
<i>Navios Portuguezes Antigos</i> — João Braz d'Oliveira	249	Luso	367
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		Caria (Beira-Baixa)	368
Borba	261	Setubal	368
Cucujães	265	Cezimbra	368
<i>Heraldica de Corporação</i> — A. D.		Arruda dos Vinhos	369
Bombeiros Voluntarios de Amarante	268	Salvaterra de Magos	369
<i>As Tapeçarias de D. João de Castro</i> — Luiz Keil	271	<i>Heraldica de Familia</i> — Cartas d'Armas — A. D.	
<i>Bibliographia de Historia e de Arte</i> — Luciano Ribeiro	291	José Arnau de Almeida Serra	370
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		João Pinto de Sousa e Silva	374
Castello Branco	293	<i>Heraldica de Familia</i> — A. D.	
Pombalinho	298	Francas	375
<i>Heraldica de Familia</i> — Cartas d'Armas — A. D.		Martins de Deus	375
Caetano Cordeiro Fialho	299	<i>Documentos Antigos</i> — O primeiro documento datado relativo á tomada de Lisboa e a mais antiga instituição de Capella que conhecemos — J. Mendes da Cunha Saraiva — Rectificações	377
José Antonio Quaresma	301	<i>Heraldica de Corporação</i> — A. D.	
<i>Documentos Antigos</i> — Instituição do vinculo de Morgadio dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431—A. D.	305	Misericordias	378
<i>Cozimbra Artistica</i> — A. D.		Misericordia de Monchique	380
Um quadro alusivo á fundação das Misericordias	320	Sociedade de Estudos e Propaganda do Algarve	382
Obras d'Arte em Cezimbra	322	Gremio dos Açores	384
<i>Heraldica de Dominio</i> — A. D.		<i>Os Paineis attribuidos a Nuno Gonçalves</i> — Elementos de Estudo — Um documento fabuloso — A. D.	385
Arruda dos Vinhos	326	<i>Luiz de Camões</i> — Iconographia — A. D.	
Salvaterra de Magos	327	Retrato de Camões pintado em 1570 por Fernão Gomes	386
Castro Marim	329	O retrato de Camões feito em Goa em 1581	388
<i>Convento do Carmo em Lisboa</i> — Extractos de noticias colligidas por Frei Manuel de Sá em 1721.		<i>As tapeçarias de D. Affonso V</i> — A. D.	
Frei Manuel de Sá — A. D.	333	O panno da occupação de Tanger	389
Doações de Nun'Alvares ao Convento do Carmo — A. D.	334	<i>Elucidario Nobiliarchico</i> — A. D.	
A Heraldica e a Epigraphia no Convento do Carmo — Fr. Manuel de Sá	335	O Primeiro Volume	393
Elementos para a Historia do Convento do Carmo — Fr. Manuel de Sá	352	Indice por ordem de paginação	396
Elementos para a Iconographia de Nun'Alvares—A. D.	356	Indice por assumptos	398





PRIMEIRO VOLUME

INDICE POR ASSUMPTOS

HERALDICA

HERALDICA DE DOMINIO — Pareceres apresentados por Afonso de Dornellas e aprovados pela Secção da Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes nas datas respectivamente indicadas:

ARMAS DE DOMINIO	7
<i>Alcanede</i> — Parecer aprovado em 28 de Dezembro de 1927	233
<i>Arruda dos Vinhos</i> — idem em 30 de Novembro de 1927	325 369
<i>Aveiro</i> — idem em 20 de Janeiro de 1926	165
<i>Azambuja</i> — idem em 27 de Abril de 1922	357
<i>Belmonte</i> — idem em 22 de Dezembro de 1922	15-367
<i>Borba</i> — idem em 14 de Dezembro de 1927	261
<i>Caria</i> (Beira Baixa) idem em 25 de Abril de 1923	104 368
<i>Castelo Branco</i> — idem em 11 de Janeiro de 1928	293
<i>Castro Marim</i> — idem em 30 de Novembro de 1927	201-328
<i>Cezimbra</i> — idem em 6 de Abril de 1922	136 368
<i>Cucujães</i> — idem em 14 de Dezembro de 1927	265
<i>Luso</i> — idem em 25 de Julho de 1923	73-367
<i>Mealhada</i> — idem em 15 de Abril de 1925	38
<i>Palmella</i> — idem em 14 de Dezembro de 1927	229
<i>Penafiel</i> — idem em 19 de Janeiro de 1927	33
<i>Pombalinho</i> — idem em 28 de Dezembro de 1927	298
<i>Portimão</i> — idem em 14 de Dezembro de 1927	197
<i>Portugal</i> — Descrição rapida da organização das Armas de Portugal com referencia ás diferentes modificações desde o Conde D. Henrique até á actualidade.	8
<i>Salvaterra de Magos</i> — Parecer aprovado em 28 de Dezembro de 1927	327-369
<i>Sandomil</i> — idem em 16 de Maio de 1928	181
<i>Santarem</i> — idem em 3 de Fevereiro de 1926	101
<i>Setubal</i> — idem em 6 de Abril de 1922	133
<i>Silves</i> — idem em 3 de Junho de 1925	11-366

<i>Villa Franca de Xira</i> — idem em 22 de Dezembro de 1922	361
<i>Villa Real de Tras-os-Montes</i> — idem em 1 de Abril de 1925	69
HERALDICA DE FAMILIA por Afonso de Dornellas.	
ARMAS DE FAMILIA	41
<i>Dürer</i> — Armas falantes desta Família — Comunicação feita á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes em 16 de Mato de 1928	194
<i>Franças</i> — Elementos para a historia das Canarias. Comunicação feita na Classe de Letras da Academia das Ciencias de Lisboa em 9 de Julho de 1925	41
Rectificações.	375
<i>Martins de Deus</i>	141 375
<i>Pereiras</i> — Arvores Genealogicas do III Conde da Feira e dos seus principaes parentes — Preciosa illuminura de Antonio da Holanda — Comunicação feita á Classe de Letras da Academia das Ciencias de Lisboa em 26 de Janeiro de 1928 e á Associação dos Archeologos Portuguezes em 20 do mesmo mez	52
CARTAS DE BRAZÃO	49
<i>Antonio Roiz Gondim</i>	237
<i>Antonio Cordeiro Fialho</i>	298
<i>Clemente Correia</i>	183
<i>Diogo Pereira de Sampaio</i>	182
<i>Francisco da Silva de Noronha</i>	49
<i>Heitor Mendes Rebello</i>	186 235
<i>João Pinto de Sousa e Silva</i>	238-374
<i>José Antonio Quaresma</i>	301
<i>José Arnau de Almeida Serra</i>	370
<i>Manuel Freire</i>	240
<i>Manuel Martins de Deus</i>	146
<i>Manuel de Sousa Soares</i>	186
<i>Miguel Coelho de Mello</i>	236
<i>Pedro de Rebello Furtado</i>	184
HERALDICA DE CORPORAÇÃO — Pareceres apresentados por Afonso de Dornellas e aprovados pela Secção de Heraldica da	

Associação dos Archeologos Portuguezes nas datas respectivamente indicadas:

<i>Associações Comerciaes</i>	191
<i>Associação Commercial do Bombarral</i> — Parecer aprovado em 9 de Janeiro de 1925	191
<i>Bombeiros</i> — Idem em 23 de Julho de 1927.	188
<i>Bombeiros Voluntarios de Amarante</i>	268
<i>Bombeiros Voluntarios do Bombarral</i> — Parecer aprovado em 23 de Julho de 1927.	189
<i>Comissariado da Exposição Portuguesa em Sevilha</i>	241
<i>Gremio dos Açores</i> — Parecer aprovado em 13 de junho de 1928	208 384
<i>Misericordias</i> — idem em 21 de Novembro de 1928	378
<i>Misericordia de Monchique</i> — idem, idem	380
<i>Sociedade de Estudos e propaganda do Algarve</i> — idem, idem	382

BIOGRAPHIA, ICONOGRAPHIA E BIBLIOGRAPHIA

ALBERT DURER

<i>O grande pintor e a historia da Malaria</i> — Comunicação feita por Affonso de Dornellas á classe de letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 19 de Abril de 1928	193
---	-----

A BEATA BEATRIZ DA SILVA

<i>Subsidios iconograficos</i> — Comunicação feita pelo Conde de São Payo (D. Antonio) á Associação dos Archeologos Portuguezes em 20 de Janeiro de 1928	77
--	----

BIBLIOGRAPHIA DA HISTORIA E DA ARTE — Critica por Luciano José Oliveira Ribeiro.

<i>A Flor de liz na Heraldica Portuguesa</i> — por Armando de Mattos	196
<i>A Questão dos Paineis</i> — <i>Esboço Historico e Bibliographico</i> por Albino Lapa	196
<i>Portugal</i> — <i>Revista Illustrada de Cultura litteraria, scientifica e artistica</i>	196
<i>Memorias do Marquez de Fronteira e Alorna Archeologia e Historia</i> — V Volume — Orgão da Associação dos Archeologos Portuguezes	291
<i>Do Direito Heraldico Portuguez</i> — pelo Conde de São Payo (D. Antonio)	291
<i>O Asturiense em Portugal</i> por Ruy Serpa Pinto	291
<i>Os Lusíadas</i> — Anotados pelo Dr. José Maria Rodrigues	291
<i>O tumulo d'uma Infanta na Charola da Sé de Lisboa</i> — por José Mendes da Cunha Saraiva	292
<i>O Conceito Historico da palavra Beira</i> — por José Mendes da Cunha Saraiva	292
<i>Uma Hora de Jornalismo</i>	292
<i>Apontamentos biographicos do gravador Gregorio Francisco de Assis e Queiroz</i> — por Ernesto Soares	292
<i>1580. O Governo do Prior do Crato</i> por Damião Peres	292

LUIZ DE CAMÕES — Elementos de Estudo por Affonso de Dornellas.

<i>Retrato de Camões pintado em 1570 por Fernão Gomes</i> — Comunicação feita á classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 23 de Junho de 1925	152 386
<i>O Original dos Lusíadas</i> — idem em 10 de Dezembro de 1925.	158

<i>O notavel documento referente ao Original dos Lusíadas</i>	162
<i>Iconografia</i>	210
<i>O retrato de Camões feito em Goa em 1581</i> — Comunicação feita á classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 24 de Julho de 1924.	210-388
<i>A data da morte do Poeta</i>	216
<i>Referencias á descoberta do retrato de Goa</i>	218

HISTORIA E ARTE

CEZIMBRA ARTISTICA por Affonso de Dornellas.

<i>Um quadro alusivo á fundação das Misericordias</i> — Carta publicada no jornal «Diario de Noticias» de 18 de Agosto de 1926, com o titulo «Maravilhosa obra d'Arte».	320
<i>Obras d'Arte em Cezimbra</i> — Artigo publicado no jornal «O Cezimbrense» de 10 de Outubro de 1926 com o titulo «Cezimbra Artistica».	322

CONVENTO DO CARMO EM LISBOA — Extrato de noticias coligidas por Frei Manuel de Sá em 1721.

<i>Frei Manuel de Sá</i> — por Affonso de Dornellas.	333
<i>Doações de Nuno Alvares ao Convento do Carmo</i> — por Frei Manuel de Sá	334
<i>A Heraldica e a Epigrafia no Convento do Carmo</i> — idem	335
<i>Elementos para a Historia do Convento do Carmo</i> — idem	352
<i>Elementos para a iconographia de Nuno Alvares</i> — idem	356

DOCUMENTOS ANTIGOS — O primeiro documento datado relativo á tomada de Lisboa e a mais antiga Instituição de Capella que conhecemos — Comunicação feita por José Mendes da Cunha Saraiva á Associação dos Archeologos Portuguezes em 7 de Julho de 1928

<i>Instituição do vinculo de morgadio dos Condes de Villa Real, feita em Ceuta em 1431</i> — Comunicação feita por Affonso de Dornellas á Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 8 de Março de 1928 e á Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portuguezes no mesmo dia.	207-376
	305

ELUCIDARIO NOBILIARCHICO

O primeiro Volume	393
Indice por ordem de paginação.	396
Indice por assumptos	398

NAVIOS PORTUGUESES ANTIGOS — por João Braz d'Oliveira

	294
--	-----

OS PAINEIS ATRIBUIDOS A NUNO GONÇALVES — Elementos de Estudo.

<i>A primeira reprodução photographica dos paineis</i> — por Affonso de Dornellas	81
<i>Retrato do Infante D. Henrique</i> — idem	81
<i>Um documento fabuloso</i> — idem	82-385
<i>Bibliographia</i> — por Albino Lapa.	
Aviso ao leitor	87
Livros publicados	89
Revistas.	90
Jornais	91
Humorismo	98
Livros e Opusculos	98
Conferencias	98
Comunicações	99

Desta Bibliographia com o titulo «A Questão

dos Paineis—Esboço Historico e Bibliographico» — Lisboa 1926, foi feita uma separata em papel «vergé» de 250 exemplares.		
AS TAPEÇARIAS DE D. JOÃO DE CASTRO — por Luiz Keil—Deste estudo foi publicada uma separata de 115 exemplares numerados e rubricados pelo auctor de 1 a 115, sendo 5 em papel Whatmam, 10 em papel Schüll e 100 em papel «vergé»	271	
AS TAPEÇARIAS DO REI D. AFFONSO V—Elementos para a sua restauração por Affonso de Dornellas. <i>Missão official de estudo a Pastrana</i>	107	
<i>Relato feito em Hespanha da Missão de Estudo a Pastrana.</i> Traduzido para Castelhamo—por D. Mariano Ferrer Bravo. Apresentado ao Mi-		
nistro da Instrução Publica de Hespanha em 23 de Outubro de 1927		108
<i>Relato feito em Portugal da missão de Estudo a Pastrana.</i> Apresentado ao Ministro da Instrução Publica de Portugal em 1 de Novembro de 1927.		112
<i>Discussão sobre o arranjo provisório feito nas tapeçarias.</i> Travada na sessão da classe de letras da Academia das Sciencias de Lisboa em 14 de Novembro de 1927 entre o Sr. Dr. José de Figueiredo e Affonso de Dornellas		118
<i>A Tapeçaria da occupação de Tanger—Comunicação feita na Associação dos Archeologos Portugueses em 24 de Novembro de 1927. .</i>		128-389

